

### 3.5.1.18. TINGUI-BOTÓ



Figura 40: Marcos Sabaru Indígena Tingui-Botó (ROQUE, 2007).

Os indígenas Tingui-Botó vivem em Olho D'Água do Meio, município de Feira Grande, e parte no município de Campo Grande, Alagoas, há cerca de 23Km de Arapiraca e 155 de Maceió. Conforme censo da FUNAI, em 1999 esta etnia era formada por 288 indivíduos. Hoje, segundo informações do indígena Ricardo Tingui-Botó, filho do atual cacique da tribo, Eliziano de Campos - Eryanae Tantinan, eles são cerca de 98 famílias, totalizando mais de 450 indivíduos.

Em documentos históricos, a exemplo do trabalho desenvolvido por Hohenthal Jr., em *As Tribos Indígenas do Médio e Baixo São Francisco* (1960), os Tingui-Botó são identificados como "xocós" de Olho D'Água do Meio. Entretanto, esta denominação foi dada pelo pajé e curandeiro João Botó, referindo-se ao nome de uma árvore, Tingui, que também é conhecida como Timbó<sup>16</sup>, cujas folhas foram utilizadas nos acampamentos feitos durante a ida desse grupo para Olho D'Água do Meio, nos idos de 1940. Sabaru (2008) diz que 'a comunidade não se reconhece como Xocó, mas como Kariri' (SABARU, 2008).

Graças ao esforço do Prof. Clovis Antunes da UFAL, este grupo foi reconhecido pela FUNAI em 1980, que instalou em 1983 o Posto Indígena Tingui-Botó, através da Portaria 817/N/83. Em 1984 a FUNAI adquiriu duas pequenas propriedades: a Fazenda Boacica, com 30 hectares, e a Fazenda Olho d'Água do Meio, de 31,5 hectares. Em 1988 comprou a Fazenda Ypioca, com 59,6 hectares. Essas ações do

<sup>16</sup> Os índios utilizavam as folhas desta árvore maceradas para a captura de peixes jogando o produto nos locais das coletas/pesca de peixes.

órgão indigenista fizeram com que os Tingui-Botó passassem a dispor de uma área de 121,1ha. Hoje a área indígena Tingui-Botó totaliza mais de 550 hectares, faltando ser repassado o restante da fazenda Ipioca que está localizada no município de Campo Grande, Alagoas, sendo que cerca de 20 destes é uma área de mata conservada, onde os Tingui-Botó realizam o seu ritual sagrado, o Ouricuri.

Os indígenas da etnia Tingui-Botó, cotidianamente falam o português, mas nos seus rituais secretos usam sua língua ancestral designada por eles de Dzubukuá, apontada como um dos dialetos da língua kariri, povo do qual são descendentes. Segundo Marcos Sabaru (2006), uma das jovens lideranças indígenas da Bacia, antes sua etnia era conhecida como Dzubukuá, que na língua indígena quer dizer “aquele que habita o Rio”.

Esta etnia estabelece uma relação forte com o Rio São Francisco, tanto que está intensamente relacionada às lutas socioambientais em defesa dos ribeirinhos/as e do Velho Chico, para eles uma “força espiritual viva”.

#### **3.5.1.19. PATAXÓ**

Hoje são cerca de 15 famílias que vivem na região do Alto São Francisco e que estão reivindicando terras para a comunidade. Estão numa área pertencente ao Banco do Brasil que foi concedida à FUNAI de Itapeçerica, Minas Gerais. Esta área ainda tem a presença de posseiros que se recusam a sair das terras, que deverá ser regularizada pelo Banco do Brasil.

#### **3.5.1.20. XACRIABÁ**

O Povo Xacribá, hoje cerca de 8 mil pessoas, foi contactado nos idos do processo histórico de ocupação do Rio São Francisco. Relatos históricos apontam que a expedição do Mestre Campo Matias de Almeida, bandeirante paulista, foi responsável pelos primeiros ataques aos Xacriabá, na época aldeados às margens do rio Itacarambi. Desde então, a trajetória dessa nação franciscana vai ser marcada pela resistência e luta para permanência nos seus territórios tradicionais, que se arrastam até o tempo presente. Esta história, como a de quase todos os povos

indígenas do São Francisco, lamentavelmente, foi manchada com o sangue dos nativos, que escorre sobre as terras e águas das regiões altas do Velho Chico.



Figura 41: Indígenas Xacriabá (ROQUE, 2007).

A narrativa do Alto e Médio São Francisco traz as marcas das pisadas do “gado solto”, uma das formas mais violentas de ocupação dessas terras, sob o controle da Casa da Ponte, cuja área de domínio eram as margens direitas do Rio São Francisco, sob a liderança do Sr. Antônio Guedes de Brito. Segundo relatos do Povo Xacriabá (2007):

Como parte das recompensas recebidas pela coroa portuguesa, após a vitória contra a Confederação Kariri, no Nordeste, o bandeirante Matias Cardoso recebeu como doação uma área de terras na região do Médio São Francisco, em frente ao território Xacriabá. Ali se constituiu a primeira paróquia do Brasil Colonial, homenageando Nossa Senhora da Conceição, servindo também como entreposto comercial entre Minas e Salvador. O Povo Xacriabá passou então a ser um obstáculo ao processo de ocupação, iniciando o período de guerras, escravização e utilização de mão-de-obra indígena.

Os fortes traços “negros” observáveis nos indígenas da etnia Xacriabá devem-se ao fato desse grupo incorporar, para aumentar a resistência no período da colonização, escravos fugitivos e camponeses pobres. Os Xacriabá foram combativos e os conflitos só aumentaram. Foi uma ação de Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso, que abrandou mais os conflitos nos idos de 1728, quando doou uma faixa de terra para os Xacriabá, localizada entre os rios Itacambi e Peruaçu, “Missão do Senhor São João”. Entretanto cobrava como retorno o apoio dos Xacriabá na expulsão do Povo Kayapó da região do Brejo Salgado, atual município de Januária. Dado às constantes perseguições, os Xacriabá foram gradativamente para os vales do Rio Peruaçu e Itacambi, o que caracterizava “a perda” de seus territórios às margens do São Francisco, rio com o qual a etnia possui forte ligação espiritual.

No século XIX, o território Xacriabá passou a ser reivindicado por migrantes que se associaram ao grupo e por fazendeiros ávidos por titular as terras indígenas como suas, o que gerou graves conflitos, e os mesmos se agravaram com a edição da Lei da Terra de 1850, que versava sobre o re-ordenamento fundiário, através da consolidação das propriedades rurais, via procedimento cartoriais, onde a titulação passa a sobrepor a posse efetiva da terra (XACRIABÁ, 2007). Neste período ocorre um dos mais graves conflitos entre fazendeiros que instalaram currais em território sagrado dos indígenas, estes, por sua vez, atearam fogo sobre as cercas dos currais. O saldo desse episódio foi a morte de muitos nativos.

Com a promulgação da Lei de nº 550, de 1949, o território indígena passa a ser considerado, oficialmente, como terra devoluta. De imediato os indígenas se tornaram “irregulares” em suas terras, uma vez que as mesmas foram declaradas como terras do Estado. Resistiram até a década de 70, quando foram duramente pressionados a venderem suas terras sob o risco de perdê-las ou ameaçados de saírem. Algumas famílias se submeteram ao cadastro do IDRA, órgão federal para fins de reforma agrária, como forma de garantir a posse do território. Entretanto, a ação do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais, através da RURALMINAS, responsável pela regularização das terras devolutas no estado, acabaram dando título de posse dessas terras a não-índios. Este fato, além de aumentar os conflitos, excluiu muitas famílias indígenas de suas terras/territórios.

Neste período o povo Xacriabá recompõe seus esforços nos processos organizativos de afirmação étnica e de luta pela reconquista de seus territórios. Estas ações provocaram, em dezembro de 1973, a criação de um Posto Indígena Xacriabá (Portaria 147/N), que não foi suficiente para amenizar os conflitos, tendo sido invadido e metralhado em 1976.

Em 1978 a FUNAI cria um Grupo de Trabalho para iniciar o processo de demarcação do Território Indígena Xacriabá, haja vista que mesmo o termo de doação de 1728 não era suficiente para provar a “posse” sobre suas terras. Essa demarcação sai em 1979, de uma área de 46.414,92 hectares, onde estava reduzido mais de um terço do território original, excluindo espaços importantes para os

Xacriabá: a Lagoa do Jaíba, local sagrado para os indígenas, além das localidades de Rancharia, Boqueirão e Missões.

Nos anos seguintes os conflitos se acirraram entre os posseiros e os Xacriabá, sobretudo pela disputa das áreas férteis. Em 1981, a autorização da CODEVASF para a construção de uma barragem no rio Itacarambi, afetou violentamente o povo Xacriabá, sobretudo as aldeias Itapicuru e Barra, quando destruiu, com o enchimento do lago, as áreas mais férteis usadas pelos indígenas para seus plantios. Daí em diante, muitos conflitos e mortes marcam a nação que ao longo dos séculos, da colonização até os tempos presentes, vêm sendo violentamente ameaçadas:

Em 11 de fevereiro de 1987, ocorre a chacina Xacriabá, promovida por um grupo de pistoleiros liderados por Francisco Amaro. São brutalmente assassinados o cacique Rosalino Gomes de Oliveira, José Teixeira e Manuel Fiúza, que ainda se recuperava do atentado sofrido em 1986. Morreu também no local, o pistoleiro Agenor Nunes de Macedo e saiu ferida a esposa de Rosalino, Anísia Nunes de Oliveira, que estava grávida. (XACRIABÁ, 2007)

Esse fato teve repercussão internacional e as pressões sobre o Governo brasileiro o obrigou a homologar a área, através de documento nº. 94.608, de 14 de julho de 1987, publicado no Diário Oficial da União e, em seguida, foi criado o grupo técnico para realizar estudos antropológicos de identificação e delimitação da terra indígena Xacriabá de Rancharia, demarcada com 6.000 hectares, também localizada no município de São João das Missões (XACRIABÁ, 2007).

A questão das demarcações das terras do povo Xacriabá ainda não foi totalmente resolvida, posto que muitas famílias desaldeadas vem retornando às aldeias e necessitam de terras para sua sobrevivência, assim a reivindicação por terras ainda é uma constata entre os Xacriabá. Entre os dias 13 a 15 de abril de 2007, na “Romaria dos Mártires da Terra Xacriabá”, realizada na aldeia Brejo do Mata Fome, cerca de 100 famílias das aldeias Sumaré, Peruaçu, Vargem e Barreiro, ocuparam uma nova área da reserva. Esta área cobrada estende-se de Morro Vermelho, passando pela Rancharia, Serra Geral, Custódio, Licuri, Porções e Dizimeiro, chegando até Boa Vista.

Na Plenária dos Povos Indígenas do São Francisco do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – CBHSF, esta situação de retomada de terra do povo Xacriabá foi colocada e foi apresentado à comissão do encontro um documento historicizando as dificuldades vividas por este povo ribeirinho há séculos. Nele ainda soa identificados as ameaças que vem sofrendo o povo Xacriabá ao longo desses séculos.

### 3.5.1.21. KAXIXÓ



Figura 42: Indígena Kaxixó (ROQUE, 2007).

Os Kaxixó é uma etnia indígena que vive às margens do Rio Pará, nos municípios de Martinho Campos e Pompéu. Com uma população estimada em 480 pessoas, ocupam uma área de 35 hectares.

Apesar de estarem lutando pelo reconhecimento étnico há quase duas décadas, somente em 2001 foram “oficializados”. Trata-se de um Povo que, ao contrário de muitas outras etnias do São Francisco, foram impactados não pelo gado mas pela mineração na região do Alto São Francisco.

Após o reconhecimento, em 2003, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de estudos para a delimitação do território do Povo Kaxixó. Entretanto, alegando falta de recursos, as atividades foram paralisadas, havendo pressões para sua retomada. Parte significativa dos Kaxixó vive nas localidades conhecidas como Capão do Zezinho, Pindaíba e Fundinho.

### 3.5.1.22. KARAPOTÓ



Figura 43: Indígenas Karapotó (TOMAZ, 2008)

Este povo que viveu no Baixo São Francisco na Aldeia de Lagoa Comprida, nas proximidades da Vila de Penedo, ocupou também os territórios que hoje são conhecidos por Águas Belas e Bom Conselho, e também Porto da Folha e Pacatuba em Sergipe. Parte da sua movimentação territorial se deveu ao fato de ser um dos grupos perseguidos pela Casa da Torre.

Documentos dão conta de sua catequização entre os anos de 1681 e 1685, na serra pernambucana de Cumunatil, e sua devida fixação em Porto Real do Colégio, Sergipe, já pelos idos de 1937. Hoje são estimados em 2.189 indígenas (ISA, 2006) e vivem em São Sebastião/AL, numa área de 1800 ha, no Baixo São Francisco.

### 3.5.1.23. XOCÓ



Figura 44: Pajé Raimundo Xocó no Acampamento em Cabrobó-PE e no no Ato do dia 04 de outubro.2007,em Paulo Afonso-BA, contra a Transposição do São Francisco (MARQUES, 2007).

Quando houve a chegada dos colonizadores na foz do São Francisco, depararam-se com um número significativo de etnias indígenas, entre as quais o povo Xocó. No século XVIII, fundaram na Ilha de São Pedro a Missão de São Pedro de Porto da Folha, onde viviam cerca de 300 indígenas, entregues aos capuchinhos e jesuítas que enraizaram nos grupos aldeados as tradições católicas que perduram até hoje.

Na Missão de São Pedro, predominantemente, havia dois grupos diferentes: os Romari e os Xocó. Os Xocó teriam sido aldeados em Pacatuba por capuchinhos e transferidos para a ilha depois da chegada de Frei Dorotheo de Loretto, último missionário, cuja morte fragilizou, em muito, a vida dos Xocó (MOTA, 2005). Se não bastasse, com a publicação da Lei das Terras em 1850, declarando os territórios indígenas como Domínio Público, estes grupos ficaram mais vulneráveis do que já estavam. Assim foram extintos vários aldeamentos nas províncias de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e outras regiões do Império, uma estratégia para a tomada dos territórios indígenas.

Mesmo assim os Xocó foram resistentes e tentaram ficar em suas terras, sob a liderança do Cacique Inocêncio Muirá. Entretanto, perante a força dos seus inimigos, foram rendidos e expulsos da Ilha de São Pedro. Em 1898, após a morte do missionário Dorotheo de Loretto, o coronel João Fernandes de Brito, tornou-se o maior responsável pela expulsão efetiva dos Xocó de suas terras, tendo ficado no local a família de Inocêncio Muirá e Manoel Lapada.

Os que conseguiram fugir saíram de São Pedro em canoas, encontrando abrigo entre os Kariri de Porto Real do Colégio no lado da Província de Alagoas. Os Kariri tradicionalmente mantinham boas relações com muitos outros grupos indígenas do Baixo São Francisco, a exemplo dos Karapotó de Tinguí-AL, Pacatuba do Rio Poxim-SE, Carnijó de Águas Belas-PE, dos Pankararu e dos Xocó da Ilha de São Pedro-SE. Nesta ocasião houve uma verdadeira diáspora dos Xocó: alguns foram para Itabaiana, Carrapicho e Serra Negra em Sergipe, outros para Águas Belas - Pernambuco, sendo que a maior parte foi para Porto Real do Colégio-AL. Com os casamentos entre Kariri e Xocó, os indígenas de Porto Real do Colégio, formaram a Tribo Kariri-Xocó.

Clarice Mota (2005) aponta-nos que a ação das famílias indígenas que trabalhavam para as fazendas Caiçara e Belém, por décadas silenciadas, entrou num processo de retomar a consciência de sua herança indígena e as terras que tradicionalmente ocupavam.

Começava uma luta árdua para os Xocó, entretanto tinham o apoio da Igreja católica, através da ação do Frei Enoque do Salvador e o Bispo Dom José Brandão de Castro. Depois de muitos conflitos e pressão, em 25 de junho de 1980, o governador de Sergipe, Augusto do Prado Franco, resolveu a situação dos invasores da Ilha de São Pedro, passando-a para o Governo Federal que, via FUNAI, devolve-a aos seus verdadeiros donos: os Xocó, após apresentação do relatório antropológico feito por Delvair Melatti.

Os Xocó, depois de um longo processo de perseguição, atualmente vivem na pequena Ilha de São Pedro, na margem direita do São Francisco, e na Caiçara, região do Baixo São Francisco, no município de Porto da Folha, Sergipe. São cerca de 75 famílias, totalizando quase 400 indivíduos.

Por ser um povo que depende essencialmente do Rio São Francisco, foi, desde a década de 50, com o início das construções das barragens Três Marias, Complexo Paulo Afonso, Sobradinho, Itaparica e Xingó, sucessivamente atingido. Por esta razão têm se caracterizado, entre os povos indígenas da Bacia do Velho Chico, como um dos grupos de maior resistência na luta contra o projeto de transposição e de construção de novas barragens.



Figura 45: Cacique Lucemário e Liderança Xocó (MARQUES, 2008)

### 3.5.1.24. GERIPANKÓ



Figura 46: Índio Geripankó (ÍNDIOS ONLINE, 2008)

Os Gerinpankó são originários da Aldeia Mãe Pankararu, localizada no Brejo dos Padres, em Tacaratu/Jatobá/Petrolândia. Os indígenas começaram a chegar em Pariconha/AL por volta de 1893, final do século XIX, após sucessivas invasões que estavam acontecendo nos Pankararu, chefiadas por tal Cavalcanti, quando as terras ainda não estavam demarcadas. Em função dos maltratos e torturas muitas famílias começaram a fugir e procurarem um local mais tranqüilo para viver.

Esses fatos levaram o índio José Carpina e sua família a saírem da aldeia Pankararu e procurarem um outro local. Foi quando chegou numa área desmatada num pé da Serra e resolveu conversar com seu proprietário Major Marques, o qual lhe deu apoio e permitiu que ficasse na terra. Depois dele muitas outras famílias vieram para a referida localidade, a exemplo das de Manoel Caipira, de João Porsena, de João Benedito e Chica Gonzalo, entre outras.

O processo de compra e venda dessa propriedade, datado de 1894, registrado no Cartório de água Branca, se deu a partir de uma proposta do Major Cavalcante em vender as terras para os indígenas, com receio de que viesse a perdê-la.

A partir de 1982 foi dado início ao processo de reconhecimento e oficialização da aldeia, que foi efetivado em março de 1986. Hoje são mais de 1500 indígenas que se distribuem entre os povoados Ouricuri (cerca de 50%), Figueiredo, Tabuleiro, Caraibeiras dos Teodóseos, Sítio Serra do Engenho e Poço da Areia (Moxotó).

### 3.1.5.25. TUPAN



Figura 47: Indígenas Tupan (MARQUES, 2006).

Toda esta região de Paulo Afonso, antes Glória e, bem antes, Missão do Curral dos Bois, era habitada por diferentes grupos indígenas ribeirinhos. Ainda hoje, no território de Glória, habitam indígenas como os Pankararé, os Kantaruré e os Xucuru-Kariri. Em Tacaratu, próximo a Petrolândia, temos os Pankararu. Em Rodelas, os Tuxa. Poderíamos relacionar muitas outras etnias, mas e Paulo Afonso, como fica no cenário das ocupações humanas da Bacia? Surgiu apenas na metade do século XX, com a instalação da CHESF?

Sabemos muito pouco dos grupos humanos que historicamente estiveram aqui, “nas margens” da calada Cachoeira de Paulo Afonso. Temos hoje, sendo destruídos, vários vestígios que provam esta ocupação como as pinturas rupestres da região próxima à Cachoeira estendendo-se pela área do Complexo Malhada Grande (Rio do Sal, Lagoa da Pedra e Mão Direita). É importante ressaltar que a Cachoeira de Paulo Afonso sempre foi/é um local sagrado para os indígenas da região, morada dos encantados.

Mas, quando nos referimos à identidade étnico-cultural não nos interessa apenas os grupos que permaneceram aldeados, “puros”, mas os contatos, as misturas, os encontros étnicos que se estabeleceram na Bacia entre brancos, negros e índios e, sobretudo, a forma como esses grupos se identificam hoje.

Para muitos pode parecer surpresa que numa área de aproximadamente 3.000 m<sup>2</sup> no Bairro Tancredo Neves, em Paulo Afonso, desde 2004, se organizou uma aldeia indígena que se identifica como Tupan, com cerca de 15 famílias oriundas dos

Truká, Pankararu, Aitikum, Fulni-ô e Xucuru-Kariri. Segundo tradição oral, esse nome foi dado em homenagem ao Deus Sol dos indígenas e porque parte das etnias que fazem parte do novo agrupamento são os Truká e os Pankararu (TRU PAN).

Maria Erineide Rodrigues da Silva é a cacique da tribo, tem 44 anos e há quase dois vem lutando para que os Tupan tenham, definitivamente, posse da terra. À área onde eles estão localizados foi doado pelo antigo administrador do BTN, João Batista da Silva. Consta no documento de doação da Prefeitura Municipal que a área poderá ser permutada para outro local em virtude da mesma não ser cadastrada.

Para onde iriam, então, os Tupan, que antes eram conhecidos como Caruá Verde? A comunidade vive inquieta, sem saber do seu destino, constantemente ameaçada por alguns grupos urbanos. Na área indígena do BTN, há um grande terreiro onde eles realizam a dança do Toré, várias casas de taipa, hortas coletivas, uma pequena olaria onde eles fazem telhas e tijolos de barro, entre outras benfeitorias. Hoje estão em processo de ocupação de uma área na margem do São Francisco para “assentar” a Aldeia.

A cacique dos Tupan, D. Maria, diz que eles estão se sentindo abandonados e que, por diversas vezes, tem esmurecido, mas nunca desistiu nem vai desistir. Conta-nos que um dia pediu a Deus orientação sobre o futuro do grupo: “então na Aldeia encontrei uma plantinha com 3 folhas. Era o Pituka e as irmãs Suzana e Jaqueline do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) que sempre nos acompanharam e tem nos dado muita força”.

Os membros da tribo disseram que sua principal preocupação é sobre a relocação deles: “a gente tá pensando onde vai ser. Nós queremos na margem do Rio, caso contrário, preferimos ficar aqui”, afirmou a Cacique. Hoje, a tribo TUPAN está em processo de negociação junto à FUNAI e Prefeitura Municipal de Paulo Afonso dessa nova área.

Todas estas dinâmicas étnicas, políticas, culturais, ambientais, é que dão cara a esta forma de organização identitária que está dentro de um contexto etnohistórico muito mais complexo que geralmente passa despercebido, tanto no imaginário da

população quanto de pesquisadores/as. Os Tupan, são testemunhas de afirmações identitárias que espantam nosso senso comum: a imagem/representação que fazemos/temos do que é ser índio!

Hoje os Tupan encontram-se em fase de negociação, junto à FUNAI, de uma terra na Fazenda Alto do Aratikum, na cidade de Paulo Afonso, para fixar a comunidade e desenvolver atividades que possam assegurar a sua sustentabilidade. Estão se autodenominando Tupan-Truká.

### 3.5.1.26. PANKARÁ

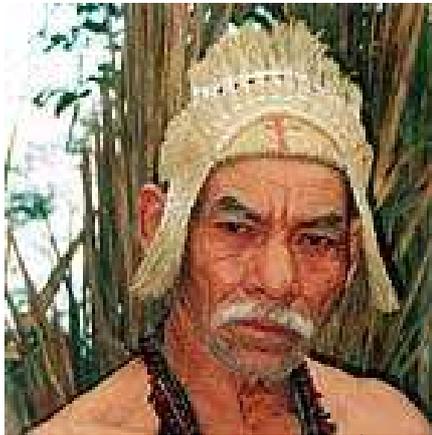


Figura 48: Amanso Pankará (MUSEU DO ÍNDIO, 2007)

A etnogênese dos Pankará não se diferencia muito dos demais povos indígenas do São Francisco, marcada por conflitos que remontam a história colonial, a partir da sedimentação de grupos que optaram por trabalhar como agricultores em áreas de difícil acesso como as serras Uma e Arapuá, mas pagando por isso, seja aos latifundiários, ou a prefeitura da localidade.

Localizada no sertão de Pernambuco, a Serra do Arapuá situa-se no município de Carnaubeira da Penha, na meso-região do São Francisco, e micro-região de Itaparica. É este local que hoje possui 47 núcleos populacionais, que os indígenas reconhecem como aldeias, habitadas pelos Pankará e também por agricultores não-indígenas.

Além da Serra do Arapuá, nesta área também localiza-se a Serra da Cacaraia, e é nelas que identifica-se a presença de um sítio arqueológico, onde são encontrados

fragmentos de cerâmica e de artefatos de material lítico. Segundo os indígenas, foi a expulsão dos povos que lá viviam que deixou este material em pedaços, na medida em que os conquistadores quebraram tudo que tinha sido deixado para trás.

Antes tidos como extintos ou integrados à sociedade até o final do século XIX, reaparecem já na década de 1940 reivindicando direitos ao Serviço de Proteção ao Índio – SPI, como um grupo denominado de Atikum, como população das serras Umã e Arapuá.

Tendo o toré, como principal mote para o auto-reconhecimento como indígenas, os Pankará passaram por inúmeras alianças e rupturas políticas com o grupo que mais tarde tornou-se o povo indígena Atikum-Umã, não sendo reconhecidos por estes que tiveram sua demarcação territorial oficializada em 5 de janeiro de 1996.

Em 2001, a FUNASA identifica os Pankará como desaldeados da etnia Atikum, localizados na Serra do Arapuá. Atualmente, os Pankará estão em processo de negociação com os Atikum-Umã para o seu devido reconhecimento e territorialização, totalizado 2.702 indígenas (ISA, 2006).

### 3.5.1.27. KARUAZU

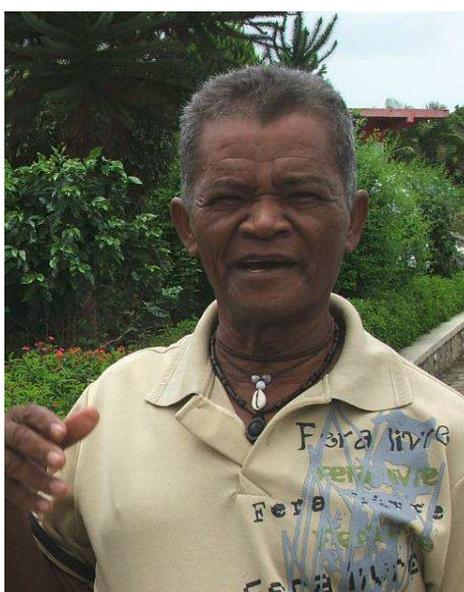


Figura 49: Cacique Karuazu (MARQUES, 2006).

Em função do violento processo colonizador em toda a Bacia do São Francisco, muitos grupos indígenas conseguiram sobreviver no anonimato, sem um etnônimo próprio. Pensado atualmente dentro de um processo de emergência étnica como “indígenas ressurgidos”. Seus processos afirmativos identitários, ao mesmo tempo em que busca enquadrar-se num “padrão étnico oficial”, relacionado às tradições e ancestralidade, também ancora-se no processo contemporâneo de afirmação de identidades étnicas, fundamentado na auto-identificação, conforme preceitua a convenção 169, da OIT.

“Os indígenas Karuazu, que vivem no município de Pariconha, estado de Alagoas, são um desses grupos ‘ressurgidos’ no século passado. Conforme as tradições orais são descendentes dos Pankararu e dos Gerinpankó<sup>17</sup>. A denominação vem da combinação das palavras “Karuá”, referente a uma planta da caatinga, bastante utilizada pelas etnias indígenas na fabricação de vestimentas e artesanatos, e “Zu”, de Zumbi dos Palmares.

Trata-se de uma etnia que já incorpora na sua identidade indígena o processo de miscigenação com os negros, como um traço valorativo e constituidor da sua história cultural. Estão hoje em número de 720 indígenas.

### 3.5.1.28. KALANKÓ



Figura 50: Cacique Paulo Kalankó e Retomada Kalankó (TOMAZ, 2008)

<sup>17</sup> Também descendentes dos Pankararu do Brejo dos Padres.

Os 157 indígenas Kalankó (ISA, 2006) vivem no município de Água Branca, estado de Alagoas, no vale do Baixo Moxotó, e descendem dos Pankararu e dos Gerinpankó.

Por muito tempo viveram no anonimato e só recentemente começaram a reivindicar o reconhecimento como povo indígena com etnônimo próprio. Enquadram-se no complexo fenômeno de “ressurgência dos povos indígenas do Nordeste” que, ao mesmo tempo em que buscam, nos “padrões oficiais” de reconhecimento, uma referência, também inspiram-se nos processos de auto-identificação.

### 3.5.1.29 KATOKIN

Categorizados como indígenas “ressurgidos”, vivem na região do Baixo Moxotó, no município de Pariconha, Alagoas. São hoje mais de 800 indígenas que afirmam sua identidade étnica a partir de “parâmetros oficiais” focados na “tradição”, como o Toré, bem como no princípio da auto-identificação.



Figura 51: Indígenas Katorin ([www.studium.iar.unicamp.br](http://www.studium.iar.unicamp.br)).

Buscam, portanto, a partir desses processos afirmativos identitários a recuperação e demarcação de seus territórios tradicionais retirados deles ao longo do processo de colonização na Bacia do São Francisco. São descendentes dos Pankararu e dos Geripankó.

### 3.5.1.30. KOIUPANKÁ



Figura 52: Indígenas Koiupanká (ROQUE e TOMAZ, 2007).

Localizados no Sertão Ocidental de Alagoas, no município de Inhapi, os Koiupanká, que hoje somam mais de 800 indígenas, também fazem parte do grupo dos indígenas categorizados como “ressurgidos”. Esse fenômeno, que desmente a oficialidade do desaparecimento indígena nessa região, está relacionado a um processo de afirmação identitária e territorial que segue “os padrões oficiais”, inspirados na ancestralidade e nas tradições, e mais fortemente, no princípio da auto-identificação, conforme preceitua a Convenção 169 da OIT, já ratificada no Brasil. São descendentes dos Geripankó e dos Pankararu, praticam o Toré e a dança dos Praias, usando a toada (voz) como elemento musical associada ao maracá e à flauta, como é comum em algumas etnias do São Francisco. Os mesmos ainda não tiveram seus territórios definidos.

### 3.5.1.31. WASSU-COCAL

Os atuais Wassu-Cocal são oriundos da antiga aldeia Urucu, fundada a partir das terras doadas pela Coroa Portuguesa após a participação dos indígenas no combate ao quilombo dos Palmares. Vivem a 70 km de Maceió, numa área de menos de 2.758 hectares. Localizados na Zona da Mata e, em virtude das terras férteis, sofreram várias atentados, que os colocava num tenso e contínuo conflito com posseiros e com o governo. No final da década de 70, após vários confrontos entre os Wassu-Cocal e não-indígenas, a FUNAI iniciou estudos para a demarcação das suas terras.

Em 1986 a área foi considerada de ocupação indígena. Houve resistência por parte dos posseiros e, somente em 1988, parte do território foi demarcado. Os conflitos então aumentaram e, em 1991, o cacique Hibis Menino foi seqüestrado e assassinado. A área homologada próxima da BR 101 concentra hoje mais de 4 mil indígenas, o que tem trazido muitos problemas para a Aldeia. Os Wassu-Cocal lutam pela demarcação dos 56 mil ha do território que tradicionalmente ocupavam.

### 3.5.1.32. KAPINAWÁ



Figura 53: Indígenas Kapinawuá (<http://www.socioambiental.org>).

Desde a década de 70 que se tem conhecimento da problemática dos Kapinawá, sobretudo após terem denunciado, em Recife, as pressões que vinham sofrendo em suas terras, de doação da coroa imperial datada de 1874.

Apesar da existência deste documento, o grupo foi considerado extinto pelos órgãos oficiais, sendo que, na década de 80, a partir de pressões dos indígenas, A FUNAI através da Portaria nº 675/80, designa a socióloga Dolores Pierson para estudar a identidade étnica do povo Kapinawá. A mesma recomendou a realização de um estudo antropológico mais minucioso.

Enquanto não se resolvia a situação dos indígenas, os conflitos se intensificaram e, após a ida de uma equipe enviada pela Funai, esse grupo será tido como “inexistente”. Os Kapinawá continuam mobilizados e reivindicando seus direitos.

Em 1982, a FUNAI pediu uma avaliação da antropóloga Maria Rosário Carvalho da UFBA que, após visita à área, em 1981, emite parecer favorável ao reconhecimento dos Kapinawá como povo indígena.

Hoje esses indígenas reivindicam um novo estudo de seu território, haja vista as limitações estabelecidas com grande incidência de famílias que vivem fora da área. Outro ponto conflituoso é que parte dessa área, considerada de ocupação tradicional pelos Kapinawá, está na área do Parque Nacional do Catimbau. Hoje os Kapinawá soma 3. 294 indígenas (ISA, 2006).



## CAPÍTULO 4. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DAS BARRAGENS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DA BACIA DO SÃO FRANCISCO

### 4.1. AS GRANDES BARRAGENS

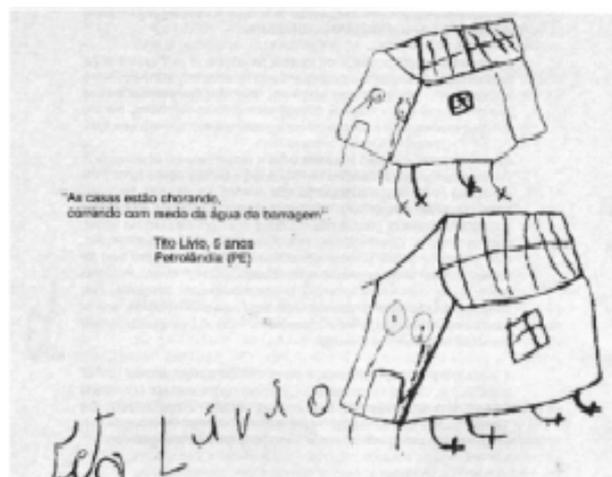


Figura 55: Desenho de uma criança de 5 anos sobre a Barragem de Itaparica (Tito Lívio).

O autômato mundo moderno “é dependente químico” do uso da eletricidade. Entretanto, poucas vezes paramos para pensar como ela é produzida, quais os impactos socioambientais que esse processo provoca e como ela chega até aos locais onde há demanda de energia elétrica.

O Brasil, que ainda vive o fantasma do “apagão” dos anos de 2001<sup>18</sup> e 2002, estabeleceu a urgente necessidade de expansão do setor para justificar programas de aceleração do crescimento econômico e as demandas decorrentes dos processos de aumento populacional.

Hoje cerca de 85% da produção de energia no Brasil vem do aproveitamento do potencial hidráulico. Segundo Wendell Ficher, trata-se de uma “monocultura da hidro-eletricidade” (MANUELZÃO, 2007). Em nosso país há mais de 2.000 barragens construídas, das quais cerca de 650 são hidroelétricas. Esse número representa 28% do potencial existente nos rios brasileiros, porém são responsáveis pela expulsão forçada de mais de um milhão de pessoas, das quais 70% não têm seus direitos respeitados (MAB, 2007).

<sup>18</sup> Em 2001, Sobradinho acumulou apenas 5% da sua capacidade útil.

Entre os grupos humanos impactados por essas obras estão os povos indígenas, moradores seculares de locais das quedas d'água dos rios, pontos preferenciais para instalação das grandes barragens .



Figura 56: Presença dos povos indígenas Gavião, Arara, Uere UauUau, Karitiana (moram a 40 km das obras e teriam o seu rio, afluente do Madeira, em parte represado) entre outros, no Debate sobre a construção de barragens no Rio Madeira, realizado em maio de 2006 em Porto Velho/RO (ARTUR MORET/GLENN SWITKES/SEVÁ).

O Governo Federal também prevê uma crise energética para 2011 e justifica no Plano Decenal de Energia Elétrica (2006-2015) o aumento do parque energético brasileiro, como podemos observar na figura abaixo, ratificado pelo discurso do Presidente Lula (2007), na inauguração de um complexo hidrelétrico em Minas Gerais: “ou fazemos as hidroelétricas que temos que fazer, ou vamos entrar na era da energia nuclear<sup>19</sup>”.

O Brasil possui um potencial de geração de energia estimado em cerca de 260.000 MW, semelhante a países como a Arábia Saudita e o Iraque em relação ao Petróleo (HINRICHS, 2003). Contudo, opera apenas com cerca de 74.000 MW, aproximadamente 28% do seu potencial (TEIXEIRA, 2007). Essa capacidade é calculada em virtude do Brasil possuir grandes bacias hidrográficas, com rios permanentes, vistos como “energia potencial armazenada”. Nos discursos oficiais sobre a produção de energia, a hidráulica é tida como “energia limpa” e pouco se tem discutido sobre seus impactos socioambientais, particularmente sobre os povos

<sup>19</sup> É importante observar que, depois da Ditadura Militar no Brasil, o Governo do Presidente Lula foi o único a pautar a produção de energia nuclear, que inclui construções de usinas na Bacia do São Francisco.

e comunidades tradicionais das áreas que são alagadas. Estima-se que os rios brasileiros possuem um potencial em torno de 1.443 novos projetos de barragens (MAB, 2007).

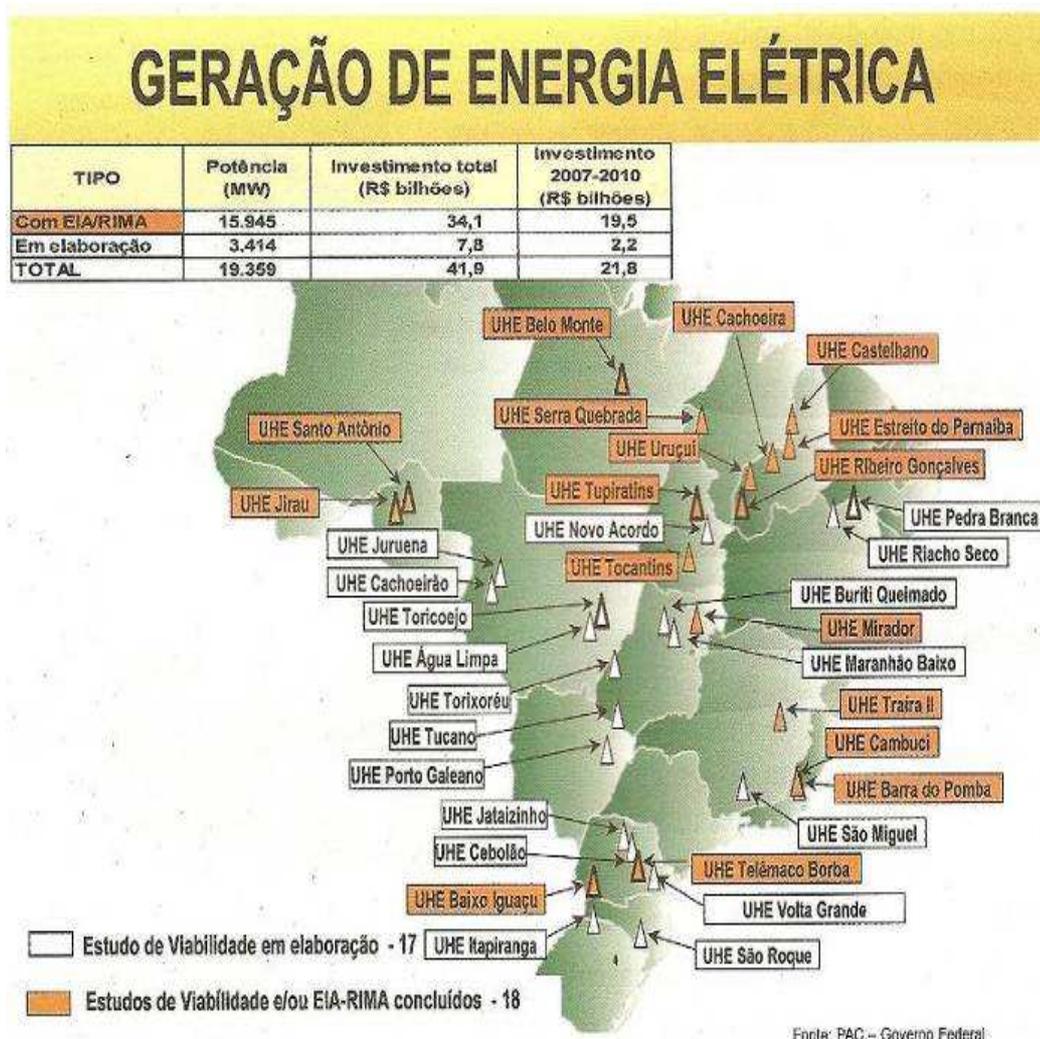


Figura 57: Geração de Energia Elétrica no Brasil (PAC, 2007).

O planejamento destas grandes hidroelétricas tem ativado vários conflitos com as comunidades que serão atingidas e que tem reagido das mais variadas formas. No encontro '*Xingu Vivo Para Sempre*', organizado em Altamira, no Pará, entre os dias 19 a 23 de maio de 2008, do qual participaram 24 etnias indígenas, após fazer a defesa do aproveitamento hidroelétrico da eletrobrás de Belo Monte, uma das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, o engenheiro Paulo Fernando Vieira Souto Resende, foi cercado por um grupo de indígenas que cantando, começaram a 'agredí-lo'. Esse fato lembra o episódio ocorrido há 20 anos atrás no debate para a construção da mesma usina na

Amazônia, quando uma índia ameaçou com um facão o engenheiro José Antônio Muniz Lopes, hoje presidente da Eletrobrás.



Figura 58: Fontes: titaferreira.multiply.com e www.cabreu.com.br, respectivamente.

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2007), os recursos que poderão ser arrecadados com a compensação financeira decorrente da expansão do setor hidrelétrico no Brasil são de R\$ 12 bilhões (50% estados, 50% municípios); durante a construção das novas obras serão gerados impostos (ISS), na ordem de R\$1,3 bilhões; serão aplicados R\$ 350 milhões em compensação ambiental e R\$ 3,4 bilhões em programas socioambientais, totalizando cerca de R\$ 15 bilhões. É visível que por trás dos discursos que justificam e legitimam os grandes barramentos escondem-se planos que atendem aos interesses de grandes bancos e empresas nacionais e internacionais.



Figura 59: Povos Indígenas da Amazônia rotstando contra as hidrelétrias no Fórum Mundial (MARQUES, 2009)

As projeções da EPE, que é ligada ao Ministério de Minas e Energia, os novos projetos de barragens pensados para o Brasil, indicam que serão atingidas cerca de 80.000 pessoas; 9.280 km<sup>2</sup> de áreas serão alagados e os projetos terão interferências em 14 Unidades de Conservação (UC's) e 5 Terras Indígenas (TI).

**TABELA 04: CAPACIDADE INSTALADA E EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL**

TIPO	QUANT.	POTÊNCIA FISCALIZADA (KW)	%	EM CONSTRUÇÃO	POTÊNCIA OUTORGADA (KW)
Central Geradora Hidroelétrica (CGH)	147	81.678	0,10	1	848
Central Geradora Eolielétrica (CGE)	9	22.025	0,03	-	-
Pequena Central Hidroelétrica (PCH)	223	953.822	1,13	40	533.373
Central Geradora Solar Fotovoltaica (SOL)	1	20	0	-	-
Usina Hidroelétrica de Energia (UHE)	139	65.755.632	77,89	17	4.174.268
Usina Termoelétrica de Energia (UTE)	731	15.598.466	18,48	20	5.747.573
Usina Termonuclear (UTN)	2	2.007.000	2,38	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.252</b>	<b>84.418.643</b>	<b>100</b>	<b>78</b>	<b>10.456.426</b>

Fonte: Anel. Banco de Informações de Geração: Capacidade de Geração do Brasil.

Segundo dados do MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem, no mundo todo, há 45 mil grandes barragens construídas, responsáveis pelo deslocamento de aproximadamente 80 milhões de pessoas. No Brasil existem mais de duas mil barragens: 625 se encontram em operação, sendo 139 grandes, com mais de 30 MW, 233 médias com potência entre 1 e 30 MW e 153 micros barragens com capacidade abaixo de 1 MW. Dados levantados pelo MAB (2001) evidenciam a preocupante realidade que envolve as populações afetadas com os barramentos:

Cerca de 1.530 micros barragens estavam abandonadas ou não se conhecia suas condições, segundo dados do professor Célio Bemann (PUC-SP);

O Plano 2015 prevê a construção de mais 494 grandes barragens. Segundo a Eletrobrás, também existe um potencial que poderá vir a ser explorado em Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCH, com a construção de 942 novas barragens;

Atualmente, segundo informações do Ministério de Minas e Energia, 50 grandes barragens encontram-se em construção e nos próximos três anos, estão projetadas a construção de mais 70 grandes barragens. Porém, os mesmos planos do governo em nenhum momento apontam o número de famílias a serem expulsas. O MAB estima que este número chegue a 100 mil famílias;

Estima-se que serão expulsas mais de 850 mil pessoas com a construção das outras 494 barragens; De cada 100 famílias deslocadas, 70 não receberam nenhum tipo de indenização;

34 mil km<sup>2</sup> de terra fértil foram inundados pelos reservatórios, o que corresponde a 3,4 milhões de hectares;

22,6% de toda energia consumida no Brasil abastecem 43 milhões de residências. Porém, existe em torno de 5 milhões de residências sem acesso a energia elétrica no Brasil, o que dá mais de 20.000.000 de habitantes;

Aproximadamente 75% de toda energia do mundo é consumida pelos Estados Unidos e Europa. O Brasil é um dos maiores exportadores de energia subsidiada em forma de alumínio, ferro liga, papel, celulose e outros produtos que consomem muita energia para serem produzidos e exportados;

O BNDS - Banco do Governo Federal do Brasil é um dos maiores responsáveis pelo financiamento das empresas: 363 obras são financiadas com recursos do Banco;

O faturamento das empresas de geração de energia, em 2003, foi em torno de R\$ 18 bilhões e na distribuição foi de R\$ 30 bilhões. A CHESF no 1º. Semestre de 2007 acumulou um lucro líquido de R\$ 315, 6 milhões, aumento de 8,3% em relação ao mesmo período em 2006 (R\$ 291,3 milhões).

Os quadros demonstrativos (abaixo) dos dados quantitativos referentes aos impactos das usinas hidrelétricas sobre os povos indígenas, desenvolvido em 1989, pelo Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ), dão a noção do tamanho da violência cometida contra os territórios indígenas na efetivação desses grandes empreendimentos em diferentes bacias hidrográficas brasileiras, destacando-se a do São Francisco, que é hoje o rio com a maior cascata de barragens do Brasil, quiçá do mundo.

**TABELA 05: UHEs E SUAS BACIAS, POVOS, ÁREAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS ATINGIDOS**

### 5.1. REGIÃO SUL

UHE	BACIA	POVO INDÍGENA	ÁREA INDÍGENA	POPULAÇÃO
Fundão	Iguaçu	Kaingang Guarani	Mangueirinha	1.280
Jacu	Iguaçu	Kaingang Guarani	Mangueirinha	#
Pinhão	Iguaçu	Kaingang Guarani	Mangueirinha	#
Salto Santiago	Iguaçu	Kaingang Guarani	Mangueirinha	#
Segredo	Iguaçu	Kaingang Guarani	Mangueirinha	#
Ilha Grande	Paraná	Kayowa Guarani Nhandeva	Cerrito	115
Ilha Grande	Paraná	Kayowa Guarani	Porto Lindo	1.237
Ilha Grande	Paraná	Guarani Nhandeva	Sassoró	2.692
Ilha grande	Paraná	Kayowa Guarani Nandeva	Jarará	150
Ilha Grande	Paraná	Kayowa Guarani	Jaguapire	250
Ilha Grande	Paraná	Kayowa Guarani	Taquaperi	1.090
Ilha Grande	Paraná	Kayowa Guarani	Pirajui	604
Ilha Grande	Paraná	Kayowa Guarani	Takuarati/ Yuykuruasu	54
Itaipu	Paraná	Ava-Guarani	Ava-Guarani do Ocoi	155
Cebolão	Tibagi	Kaingang	Barão de Antonina (Geba I)	359
Mauá	Tibagi	Kaingang	Queimadas	320
São Jerônimo	Tibagi	Kaingang	apucarana	509
São Jerônimo	Tibagi	S/d	Nhatingui	S/D
São Jerônimo	Tibagi	Kaingang	Tibagi	78
Ita	Uruguai	Guarani Kaingang	Toldo Chimbangue	162
Itapiranga	Uruguai	Kaingang	Kaingang do Irai	159
Machadinho	Uruguai	Kaingang	Ligeiro	920
Voitão novo	Uruguai	Kaingang Guarani	Xaçecó	2.614
Xanxere	Uruguai	Kaingang Guarani	Xaçecó	#
Tagua	Ivai	Kaingang	Marrecas	517

LEGENDA: S/D - SEM DADO; # - DADO DE POPULAÇÃO JÁ INCLUIDO EM OUTRO ITEM

Fonte: IPARAJ (1989).

### 5.2. REGIÃO SUDESTE

UHE	BACIA	POVO INDÍGENA	ÁREA INDÍGENA	POPULAÇÃO
Porto Primavera	Paraná	Ofayé-Xavante	Ofayé-Xavante	40

OBS.: Há outras UHEs consideradas da região SE no Plano 2010, mas que estão computadas neste levantamento nas regiões N e CO.

Fonte: IPARAJ (1989).

## 5.3. REGIÃO NORDESTE

UHE	BACIA	POVO INDÍGENA	ÁREA INDÍGENA	POPULAÇÃO
Ibó	São Francisco	Xokó	Xocó da Ilha de São Pedro	206
Ibó	São Francisco	Xokó	Caçara	#
Ibó	São Francisco	Kariri-Xocó	Kariri-Xocó	1.062
Ibó	São Francisco	Tingui	Tingui-Botó	154
Itaparica	São Francisco	Tuxa	Nova-Rodelas	708
Itaparica	São Francisco	Tuxa	Ibotirama	200
Itaparica	São Francisco	pankararé	Pankararé	1.400
Itaparica	São Francisco	Pankararú	Pankararú	3.676
Moxotó	São Francisco	Pankararé	Pankararé	#
Orocó	São Francisco	Xokó	Xocó da Ilha de São Pedro e Caçara	#
Orocó	São Francisco	Kariri-Xocó	Kariri-Xocó	#
Orocó	São Francisco	Tingui	Tingui-Botó	#
Paulo Afonso	São Francisco	Pankararé	Pankararé	#

LEGENDA: # - Dado de população já considerado em outro item.

Obs.: Os dados levantados por esta pesquisa indicam a necessidade de revisão dos dados apresentados neste quadro (grifo nosso).

Fonte: IPARAJ (1989).

## 5.4. REGIÃO CENTRO-OESTE

UHE	BACIA	POVO INDÍGENA	ÁREA INDÍGENA	POPULAÇÃO
Barra do Peixe	Araguaia	Xavante Bororo	Sangradouro	531
Barra do Peixe	Araguaia	Xavante	Sangradouro-Volta Grande	455
Barra do Peixe	Araguaia	Bororo	Merure	408
Barra do Peixe	Araguaia	Xavante	São Marcos	666
Barra do Peixe	Araguaia	Xavante	Areões	522
Barra do Peixe	Araguaia	Xavante	Pimentel Barbosa	1.023
Couto Magalhães	Araguaia	Xavante Bororo	Sangradouro	#
Couto Magalhães	Araguaia	Xavante	Sangradouro-Volta Grande	#
Couto Magalhães	Araguaia	Bororo	Merure	#
Couto Magalhães	Araguaia	Xavante	São Marcos	#
Couto Magalhães	Araguaia	Xavante	Areões	#
Couto Magalhães	Araguaia	Xavante	Pimentel Barbosa	#
Foz do Noidore	Araguaia	Xavante Bororo	Sangradouro	#
Foz do Noidore	Araguaia	Xavante	Sangradouro-Volta Grande	#
Foz do Noidore	Araguaia	Bororo	Merure	#
Foz do Noidore	Araguaia	Xavante	São Marcos	#
Foz do Noidore	Araguaia	Xavante	Areões	#
Foz do Noidore	Araguaia	Xavante	Pimentel Barbosa	#
Torixoréu	Araguaia	Xavante Bororo	Sangradouro	#
Torixoréu	Araguaia	Xavante	Sangradouro-Volta Grande	#
Torixoréu	Araguaia	Bororo	Merure	#
Torixoréu	Araguaia	Xavante	São Marcos	#
Torixoréu	Araguaia	Xavante	Areões	#
Torixoréu	Araguaia	Xavante	Pimentel Barbosa	#
(Pch) Alta Floresta	Ji-Paraná	Makurap Tupari	Rio Branco	320 *
Avila	Ji-Paraná	Aikanã Latunde	Tubarão-Latunde	153
(Pch) Cachimbo	Ji-Paraná	Makurap Tupari	Rio Branco	# *
Ji-Paraná	Ji-Paraná	Gavião Arara	Igarapé Lourdes	500 *
Ji-Paraná	Ji-Paraná	Uru-Eu-Wau-Wau	Uru-Eu-Wau-Wau	1.200 *
Jp 04	Ji-Paraná	Surui	Sete de Setembro	394
Jp 04	Ji-Paraná	Zoró	Zoró	300
Jp 14	Ji-Paraná	surui	Sete de Setembro	#
Jp 14	Ji-Paraná	Zoró	Zoró	#
Jp 14	Ji-Paraná	Makurap Tupari	Rio Branco	# *
Augusto	Juruena	Erikpatsa Apiaka	Escondido	40 *
J. Mirim	Juruena	Erikpatsa	Erikpatsa	640
J. Mirim	Juruena	Erikpatsa	Japuíra	#
(Pch) Juína	Juruena	Cinta-Larga	Serra Morena	97
Samuel	Madeira	Uru-Eu-Wau-Wau	Uru-Eu-Wau-Wau	# *
Samuel	Madeira	URU-Pa-In		
Samuel	Madeira	Karitiana	Karitiana	130 *
Apiacás	Teles Pires	Kayabi	Kayabi	233 *
Celita	Teles Pires	Kayabi	Kayabi	# *
Salto Caibis	Teles Pires	Apiaka Kayabi	Apiaka-Kayabi	204 *
S. Quedas	Teles Pires	Kayabi	Kayabi	# *
Cana Brava	Tocantins	Ava-canoeiro	Ava-Canoeiros	5 *
Lajeado	Tocantins	Xerente	Xerente	928
Lajeado	Tocantins	Kraho	Kraolândia	1.198
Lajeado	Tocantins	Xerente	Funil	67
Mirador	Tocantins	Ava-canoeiro	Ava-Canoeiros	# *
Santo Antonio	Tocantins	Apinayé	Apinajé	718
Santo Antonio	Tocantins	Kraho	Kraolândia	#
Santo Antonio	Tocantins	Krikati	Krikati	420
Serra da Mesa	Tocantins	Ava-Canoeiro	Ava-Canoeiros	# *
Sono 1	Tocantins	Xerente	Xerente	#
Sono 2	Tocantins	Xerente	Xerente	#
Sono 3-a	Tocantins	Xerente	Xerente	#

LEGENDA: \* - Presença de autônomos na região; # - Dado de população já considerado em outro item.

Fonte: IPARAJ (1989).

## 5.5. REGIÃO NORTE

UHE	BACIA	POVO INDÍGENA	ÁREA INDÍGENA	POPULAÇÃO
Santa Isabel	Araguaia	Karajá guarani	Xambioa	167
Santa Isabel	Araguaia	Apinayé	Apinajé	#
Santa Isabel	Araguaia	Surui	Sororó	119
Coaracy Nunes	Araguari	Waiãpi	Waiãpi	300
Matamata	Aripuanã	Bararati	Rio Bararati/ Maracanã	S/d *
Matamata	Aripuanã	Kawarib	Piripicura	S/d *
Matamata	Aripuanã	Tenharin	Tenharin do Igarapé Preto	62
Matamata	Aripuanã	Arara	Arara (do Aripuanã)	160
Matamata	Aripuanã	Arara	Arara (do Rio Guariba)	25
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Jaboti Makurap	Rio Guaporé	227
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Pakaa-Nova	Sagarana	148
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Pakaa-Nova	Pacaas-Novas	438
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Pakaa-Nova	Rio Negro Ocaia	290
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Pakaa-Nova	Igarapé Lage	233
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Pakaa-Nova	Igarapé Ribeirão	102
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Massaca	Massaca	S/d *
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Capivara	140
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Karitiana	Karitiana	130 *
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Karipuna	Karipuna	30 *
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Munduruku Sateré- Mawe	Coata/ Laranjal	960
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Cuia	40
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Cunhã	140
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Gavião	45
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Guapenu	180
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Parintintin	Ipixuna	S/d
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Itaitinga	25
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Jumas	S/d
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Murutinga	20
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Natal/ Felicidade	60
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Parintintin	Nove de janeiro	141
Madeira Bin (50%) **	Madeira	Mura	Onça	S/d

UHE	BACIA	POVO INDÍGENA	ÁREA INDÍGENA	POPULAÇÃO
Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **				
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Padre	45
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Paracuhuba	35
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Pirahã	Pirahã	179
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Recreio/São Félix	130
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	São Pedro	20
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Sapucaia	S/d
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Tenharin	Tenharin Transamazonica	250
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Tora Apurinã	Tora	S/d
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Tracaja	20
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Trincheira	200
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Mura do Igarapé Capana Grande	S/d
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Mura do Rio Madeira	S/d
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Mura do rio Manicoré	S/d
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Mura	Mura da Ponta Natal	S/d
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Tenharin	Tenharin do Sepoti	S/d
Madeira Bin (50%) ** Santo Antonio ** Monte Cristo ** S. Jirau **	Madeira	Parintintin	parintintin de Calama	S/d
Aparai	Maicuru	Urukuyana Pianokoto Ara Mauana Ara Milhtcho Wayakiruke	Cuminapanema/ Urucuriana	S/d *
Aparai	Maicuru	Poturudjara	Poturudjara	119 *
Paredão	Mucajai	Yanomami	Mucajai	408 *
S. Gabriel	Negro	Baniwa Kobewa Kuripaco (outros)	Içana-Aiari	3.500
S. Gabriel	Negro	Tukano Maku (outros)	Pari-Cachoeira	3.800
S. Gabriel	Negro	Arapaso Desano Tukano (outros)	Taracua	1.400
S. Gabriel	Negro	Maku Kobewa Tukano (outros)	Yauarete i	2.500
S. Gabriel	Negro	Maku Kobewa Tukano (outros)	Yauarete ii	2.500
S. Gabriel	Negro	Tukano Desano	Balaio	S/d
S. Gabriel	Negro	Baniwa Baré	Cubaté	S/d

UHE	BACIA	POVO INDÍGENA	ÁREA INDÍGENA	POPULAÇÃO
		Kobewa (outros)		
S. Gabriel	Negro	Baniwa Baré Kobewa	Cuiari	S/d
S. Gabriel	Negro	Baniwa Baré Kobewa	Içana-Rio Negro	S/d
S. Gabriel	Negro	Maku Tukano Desana (outros)	Maku	S/d
S. Gabriel	Negro	Baniwa Baré Warekana	Xie	S/d
S. Gabriel	Negro	Yanomami	Apui	64
S. Gabriel	Negro	Yanomami	Cauabori	44
S. Gabriel	Negro	Yanomami	Marari	300
S. Gabriel	Negro	Yanomami	Marauia	555
S. Gabriel	Negro	Yanomami	Maturaca	782
S. Gabriel	Negro	Maku Baré Tukano (outros)	Marie	S/d
S. Gabriel	Negro	Maku (Kama)	Kama-Maku	S/d
S. Gabriel	Negro	Baré	Baré	S/d
S. Gabriel	Negro	Maku Tukano	Uneiuxi	340
S. Gabriel	Negro	Maku (Diyhup) Tukano	Rio Aparori	90
Paru Novo	Paru	Apalai Waiana	Rio Paru De Este	68
Paru Novo	Paru	Apalai Waiana	Parque Indígena Tumucumaque	344 *
Itaituba	Tapajós	Satere-Mawe	Andira-Marau	4.710 *
Itaituba	Tapajós	Munduruku	Praia do Índio	4
Itaituba	Tapajós	Munduruku	Praia do Mangue	S/d
Itaituba	Tapajós	Kayabi	Kayabi	# *
Itaituba	Tapajós	Munduruku Apiaka	Munduruku	2.384
Itaituba	Tapajós	Munduruku Apiaka	Sai-Cinza	423
Maraba	Tocantins	Gavião	Mãe-Maria	207
Tucuruí	Tocantins	Parakanã	Parakanã	264
Tucuruí	Tocantins	Assurini	Trocara	160
Tucuruí	Tocantins	Krikati	Krikati	#
Cachoeira Porteira	Trombetas	Wai-Wai Hixkaryana	Nhamunda-Mapuera	1.116 *
Cachoeira Porteira	Trombetas	Karafayana	Karafayana	S/d *
Balbina	Uatumã	Waimiri-Atroari	Waimiri-Atroari	418 *

Fonte: IPARAJ (1989).

### 5.5.1. COMPLEXO DO XINGU

UHE	BACIA	POVO INDÍGENA	ÁREA INDÍGENA	POPULAÇÃO
Babaquara/Ipixuna Cararao (Bello Monte) Iriri	Xingu	Arara	Arara	78
Babaquara/Ipixuna Cararao (Bello Monte) Iriri	Xingu	Parakanã	Apyterewa	142
Babaquara/Ipixuna Cararao (Bello Monte) Iriri	Xingu	Arawete	Arawete-ixuna	167
Babaquara/Ipixuna Cararao (Bello Monte) Iriri	Xingu	Xikrin	Bacaja	218
Babaquara/Ipixuna Cararao (Bello Monte) Iriri	Xingu	Kararao	Kararao	42
Babaquara/Ipixuna Cararao (Bello Monte) Iriri	Xingu	Assurini (do Xingu)	Koatinemo	62 *
Babaquara/Ipixuna Cararao (Bello Monte) Iriri	Xingu	Juruna	Paquiçamba	24

UHE	BACIA	POVO INDÍGENA	ÁREA INDÍGENA	POPULAÇÃO
Babaquara/Ipixuna Cararao (Bello Monte) Iriri	Xingu	Xikrin	Xingu-bacaja	#
Babaquara/Ipixuna Cararao (Bello Monte) Iriri	Xingu	Xipaya Curuaia	Xipaia-curuaia	45
Babaquara/Ipixuna Cararao (Bello Monte) Iriri	Xingu	Juruna Xipaya Curuaya Arara Kayapó	Desaldeadosda Volta Grande do Xingu	344
Cocraiamoro Jarina	Xingu	Kayapó	Kayapó	1.743
Cocraiamoro Jarina	Xingu	Mentuktire Txucarramãe	Capoto/ Jarina/ Jarina Margem Direita	127

LEGENDA: \* - Presença de autônomos na região; # - Dado de população já considerado em outro item; \*\* - Empreendimentos em Etapa de Inventário e áreas indígenas na bacia do Madeira; S/D - Sem Dados.

Fonte: IPARAJ (1989).

## 4.2. AS FACES DA ENERGIA HIDROELÉTRICA



Figura 60: Moradores da “Cidade Luz - Paulo Afonso”, que não dispõe de energia elétrica e água encanada (MARQUES, 2005).

Torna-se urgente que problematizemos a calcificada noção de que a produção de energia elétrica é uma energia “limpa”. As experiências vivenciadas no mundo todo e, no caso do Brasil, a experiência aqui analisada, da Bacia do São Francisco, mostram uma faísca mínima da destruição provocada pela construção de grandes hidroelétricas. Problemas como produção de gases que contribuem para o aquecimento global, destruição de territórios tradicionais e da cultura material nele existente, extinção de fauna e flora, violentos processos de deslocamentos populacionais, entre outros, são algumas das faces da produção de energia a partir de grandes barramentos.

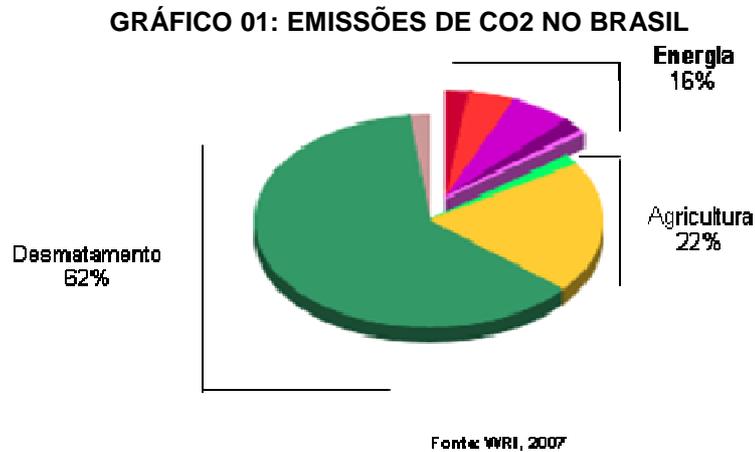
Por analisar a imensidão dos impactos causados pela produção de energia oriunda de fontes não-renováveis, James Lovelock, pai da Teoria Gaia<sup>20</sup>, “relativiza” a dimensão desses impactos:

A China construiu recentemente a maior usina hidroelétrica do mundo. A represa do Rio Yang-Tsé, fornece 16 Giga Watts. Embora não livre de perigos e perturbações ambientais, a hidroeletricidade é bem menos nociva que a queima de combustível fóssil. Infelizmente, existem pessoas demais e rios de menos (LOVELOCK, 2006, p. 87-88).

Um dos principais debates ambientais globais na atualidade gira em torno da emissão de gases que contribuem para o aquecimento global, a exemplo do CO<sub>2</sub>. O Brasil é o 4º. emissor global em gases do efeito estufa (WWF, 2007) e a produção

<sup>20</sup> Segundo essa teoria, a terra é pensada como um ‘organismo vivo’.

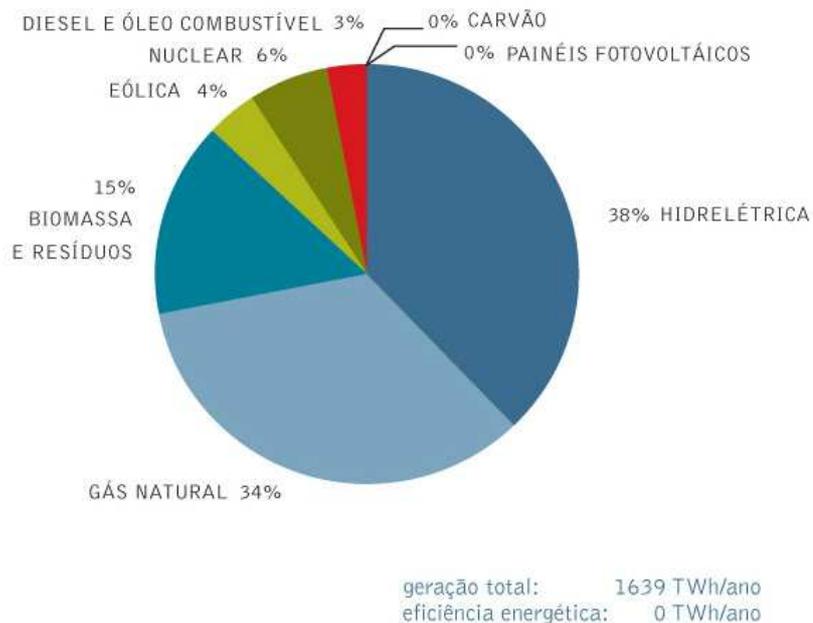
de energia também contribui para esse preocupante processo, como podemos ver no gráfico abaixo:



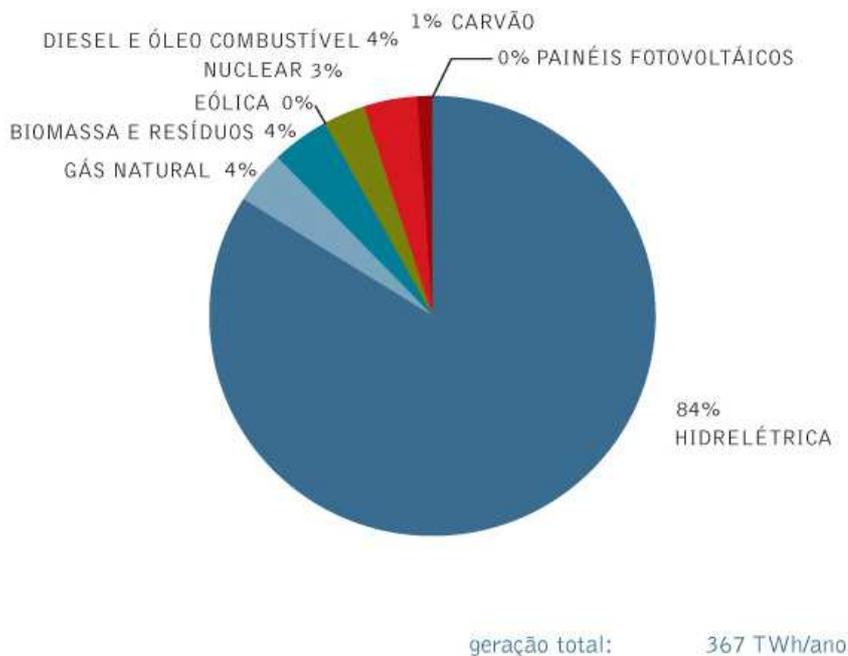
A Agenda Elétrica Sustentável 2020 da WWF/Brasil, que elaborou um Estudo de Cenários para um Setor Elétrico Seguro, Eficiente e Competitivo (2006), mostra os benefícios que poderá ter o Brasil, conseqüentemente o planeta, caso seja revisto esse impactante processo: gerar 8 milhões de postos de trabalho, 3,5 milhões a mais que o Cenário Tendencial; diminuir impactos ambientais de expansão de grandes hidroelétricas; estabiliza as emissões de CO<sup>2</sup> na faixa de 20 milhões de toneladas; efetiva uma economia de R\$ 33 bilhões até 2020.

Esse mesmo estudo aponta que a crescente demanda energética pode ser suprida com as melhorias das condições de produção das usinas já existentes, diminuindo as perdas de transmissão e repotencializando usinas já construídas, algumas sem sua capacidade máxima em atividade, como é o caso da Usina de Xingó.

O Greenpeace (2007) em seus estudos sobre a “Revolução Energética: Perspectivas para uma Energia Global Sustentável” traça os cenários futuros para o uso de energia até 2050, com base em avaliações regionais e por tipo de energia, comparando a manutenção da tendência atual de uso de combustíveis fósseis até uma revolução energética completa. Também sugere adoção de medidas para cortar pela metade a emissão de CO<sup>2</sup> nos próximos 43 anos, mantendo, ao mesmo tempo, a segurança da oferta e um crescimento econômico mundial estável. Estes estudos apresentam os resultados sinalizados nos gráficos a seguir.

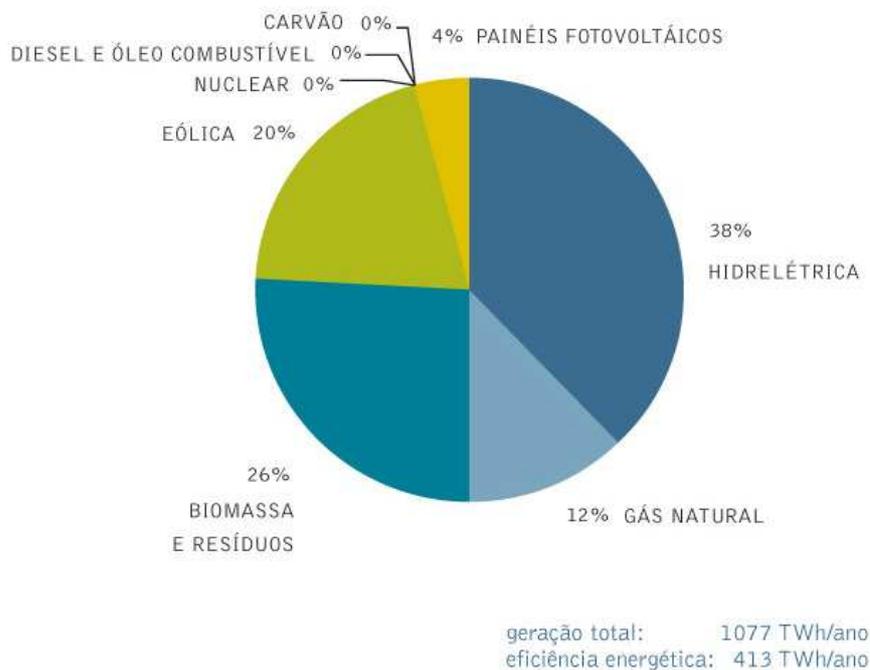
**GRÁFICO 02: GERAÇÃO ELÉTRICA TOTAL CENÁRIOS DE REFERÊNCIA 2050**

FONTE : Greenpeace/Brasil (2007).

**GRÁFICO 03: GERAÇÃO ELÉTRICA TOTAL CENÁRIOS DE REFERÊNCIA 2005**

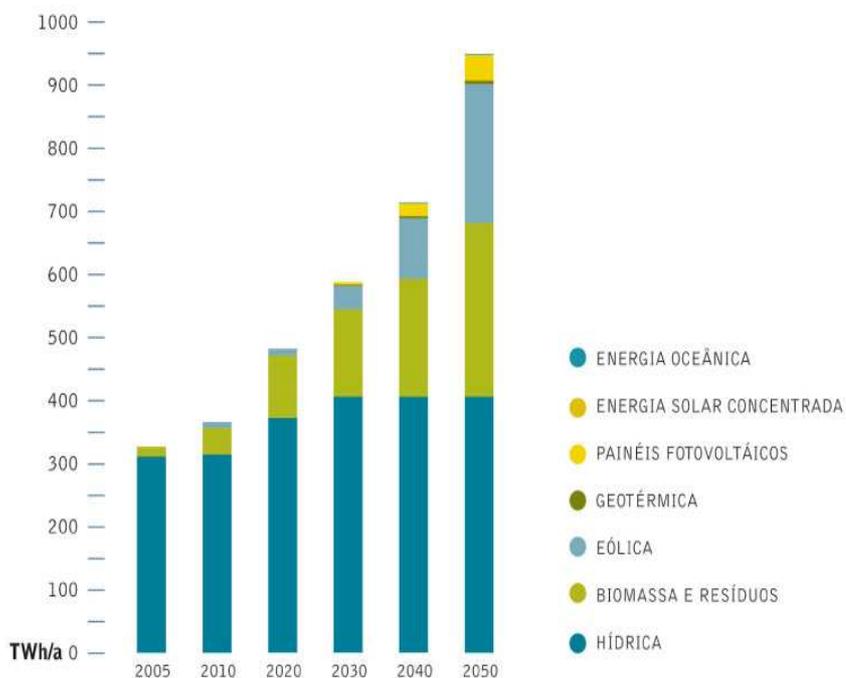
FONTE : Greenpeace/Brasil (2007).

GRÁFICO 04: GERAÇÃO ELÉTRICA TOTAL CENÁRIOS [R]EVOLUÇÃO ENERGÉTICA 2050



FONTE : Greenpeace/Brasil (2007).

GRÁFICO 05: EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO ELÉTRICA RENOVÁVEL [R]EVOLUÇÃO ENERGÉTICA

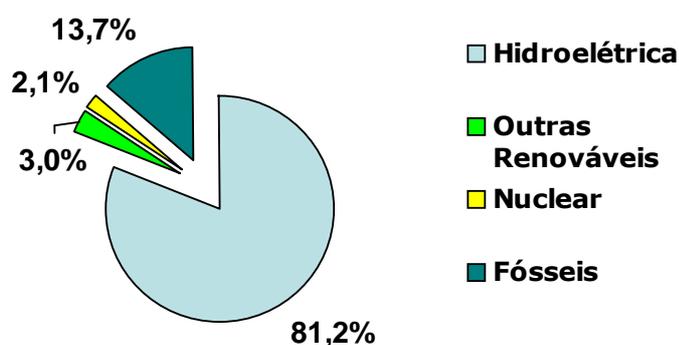


FONTE: Greenpeace/Brasil (2007).

Nos cenários relativos à estrutura de oferta de energia no sistema interligado nacional (gráficos abaixo), há uma tendência, embora tímida, da ampliação da

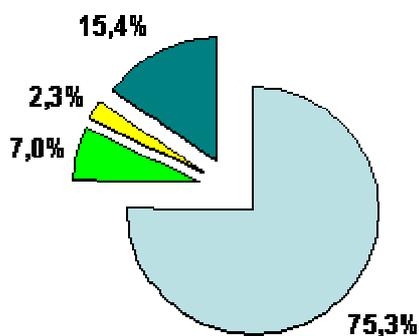
produção de energia a partir de fontes renováveis: solar, centrais eólica, biomassa, entre outros, que são menos impactantes para as populações e, nem de longe, se comparam às conseqüências causadas pelas grandes hidroelétricas.

**GRÁFICO 06: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA OFERTA NO SISTEMA INTERLIGADO 2006<sup>21</sup>**



FONTE: EPE, 2007.

**GRÁFICO 07: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA OFERTA NO SISTEMA INTERLIGADO 2016**



FONTE: EPE, 2007.

Nos dois cenários apresentados nos gráficos acima (7 e 8), ainda é perceptível a grande densidade da energia produzida à base de grandes hidroelétricas. Esse fator contribuirá para que muitos grupos humanos continuem sendo impactados por obras dessa natureza, conseqüentemente, as diásporas forçadas decorrentes da inundação dos territórios tradicionais, continuarão a ser um “fantasma vivo” nas vidas de muitos grupos humanos, a exemplo dos povos indígenas.

<sup>21</sup> Fontes Renováveis: PCH, biomassa e centrais eólicas. Fontes de Combustíveis Fósseis: gás natural, carvão mineral e derivados de petróleo.

### 4.3. BARRAMENTOS DO SÃO FRANCISCO



Figura 61: Barragem de Três Marias (GOOGLE, 2008).

A pesquisa que realizamos sobre os impactos humanos dos processos de barramento em algumas cidades do São Francisco (MARQUES, 2006) mostra, em linhas gerais, como essas ações têm marcado a história de muitas famílias ribeirinhas, particularmente os povos indígenas.

Essas populações, como personagens principais dessas narrativas desenvolvimentistas, têm ficado fora dos anunciados projetos de desenvolvimento. As medidas compensatórias como a liberação de Verbas de Manutenção Temporária - VMT, pagamentos de indenizações de terras e outros bens, alocação das populações em projetos de reassentamentos rurais, construção de novas cidades, a exemplo de Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Barra do Tarrachil, Glória, Petrolândia, entre outras, inundadas depois da construção das barragens de Sobradinho e Itaparica, não foram suficientes para gerar a tão prometida qualidade de vida para essas populações. São visíveis as condições de pobreza dessas pessoas que vivem nas margens e à margem do Velho Chico. A fala de Marcos Sabaru (2007), da etnia Tingui- Botó, ilustra essa problemática:

Em nome do progresso essas barragens foram feitas e novamente essa ameaça vem para os povos do baixo, as barragens das Traíras, Pão de Açúcar, Pedra Branca, Isso tá assustando o povo lá próximo. Em Pão de Açúcar tem o Povo Xocó, os Aconã em Traipú, os Kariri em Porto Real, os Tingui em Feira Grande, enfim, as comunidades que hoje estão aflitas, estão com medo das barragens que vem em nome do progresso. Progresso esse que nunca veio para as comunidades. O discurso do governo é que as barragens vai trazer energia, vai trazer prosperidade, e nas nossas comunidades algumas moram embaixo de torres de transmissão da própria CHESF, e não tem se quer energia, algumas comunidades moram na beira do rio e não tem água tratada. Então que progresso é esse? A quem serve este progresso? Então o progresso para a comunidade é assustador.

A diáspora vivida pelas famílias ribeirinhas atingidas com as barragens ganha novos contornos na atualidade. Quem convive no meio dos pescadores e pescadoras artesanais, dos povos indígenas dessa região, dos remanescentes de quilombos, dos migrantes vindos para a construção das hidroelétricas, assusta-se com as difíceis condições de vida, desde a fome e a sede, passando por dificuldades de referências identitárias, entre tantos outros problemas socioambientais. Esses indicadores provam que este tipo de energia não é tão “limpa” assim.

Um exemplo das conseqüências dos processos de produção de energia elétrica sobre os grupos humanos, recentemente, pôde ser observado na cidade de Paulo Afonso - Bahia: os trabalhadores rurais, reassentados dos projetos de irrigação criados com a construção da Barragem de Itaparica, montaram um acampamento em frente à sede da CHESF, na Cidade, e lá ficaram reivindicando condições justas de vida, haja vista serem expropriados pela feroz ação de construção de usinas para a geração de energia: a barragem de itaparica. Outro exemplo da atualização desses conflitos foi o protesto feito por indígenas da Etnia Tuxá em uma das sedes da CHESF-Salvador, em 2008.



Figura 62: Atingidos pela Barragem de Itaparica, acampados em Paulo Afonso, em Julho de 2007 (MARQUES, 2007).



Figura 63: Indígenas Tuxá em Protesto na CHESF em 2008 (MARQUES, 2008)

No Brasil, são mais de um milhão de pessoas expulsas de suas terras devido a construção de hidroelétricas. Como seria pensar essa proporção em toda a Bacia do São Francisco? Somando as conseqüências dos barramentos de Paulo Afonso I (1948), Três Marias (1950), Paulo Afonso II (1955) e III (1967), Moxotó (1970) Sobradinho (1973), Paulo Afonso IV (1975), Itaparica (1979) e Xingó (1987), estima-se que mais de 150.000 pessoas foram atingidas e deslocadas para outras áreas organizadas pela CHESF.

Só a barragem de Sobradinho atingiu cerca de 72.000 pessoas, enquanto Itaparica foi responsável pelo deslocamento de uma média de 65.000, entre as quais “169” indígenas. Estas obras representam investimentos na ordem de 14 bilhões de dólares. Alguns entrevistados na pesquisa relata o que significou para ele esta experiência:

Valeu a palavra do mais forte. Ou saíamos ou morríamos afogados. Tenho um sentimento de perda, de destruição de sonhos, das casas, do ritmo de vida. Acostumei-me aqui devido a situação. Em certo sentido todos deixaram de existir (GUILHERME, 45 anos).

Eu tenho um trauma tão grande da CHESF por causa dessas barragens... vivi minha infância toda nas nossas ilhas... eles me tiraram de lá com quase 10 anos (SANDRO TUXÁ, 2008).

Uma das características dos deslocamentos populacionais no São Francisco foi a quebra dos vínculos das pessoas com seus lugares, com seus espaços identitários. Não se trata apenas de uma lembrança traumática, mais de uma busca de sentido na dinâmica de organização da identidade sócio-cultural e das suas dimensões subjetivas.

Como afirma Hall (2004) refere-se a um processo amplo de mudanças que desloca as estruturas e processos centrais das sociedades e abalam os quadros de referências que proporcionavam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. É importante salientar que, no caso específico da Bacia do São Francisco, essa dinâmica é imposta, portanto, as pessoas não conviveram com esses processos “adaptativos”, apenas foram obrigados a submeterem-se.

#### 4.4. PLANEJANDO A NATUREZA ARTIFICIAL DO SÃO FRANCISCO

É impressionante como vez ou outra a miséria nordestina entra em cena para legitimar discursos políticos e econômicos no Brasil. Neste cenário, o Rio São Francisco tem sido palco de intensos debates sobre a solução para a seca e a difícil vida nos sertões do Nordeste. Esta perspectiva ignora os avanços das concretas ações de convivência com o Semi-Árido/Caatinga e com o Cerrado. Só convém, para a consolidação de um modelo de desenvolvimento explorador, a água do rio, independentemente das conseqüências socioambientais decorrente dos seus usos.

O encontro étnico entre colonizadores e os nativos das regiões franciscanas desde o início do século XVI, “exterminou” as populações autóctones de mais de 9 mil anos (MAX, 2004). Os remanescentes destas foram submetidos a sucessivos processos de escravidão e submissão, encontrando-se, hoje, em preocupante estado de pobreza e abandono, como podemos observar entre povos indígenas sanfranciscanos. A cena em todos os tempos é a mesma, poder e disputa pelas terras, sobretudo das áreas úmidas, e expulsão dos grupos tradicionais que vivem nesses territórios.



Figura 64: Barragem de Xingó (GOOGLE, 2008).

O terceiro rio nacional em extensão, abaixo apenas do Amazonas e Paraná, foi avistado pelo olhar colonizador em 04 de outubro de 1501, pela armada de Américo Vespúcio, recebendo o nome do grande ambientalista São Francisco de Assis, seguindo a tradição onomástica portuguesa da designação de acidentes geográficos.

Em seus caminhos, além do ouro, caçavam-se escravos indígenas que também foram aldeados em missões católicas. Já nos séculos XVII e XVIII, suas margens encontravam-se repletas de currais, dada a ação dos sesmeiros, agraciados com as benevolências da Coroa Portuguesa.



Figura 65: Ruínas de uma antiga missão em Cabrobó, cuja primeira queda é datada de 1617 (MARQUES, 2007).

Usado como via de navegação e comunicação durante séculos, o Rio São Francisco ganha a atenção das políticas governamentais e transforma-se, a partir de 1833, numa das maiores vias de navegação para escoamento dos produtos de toda a sua Bacia.

O objetivo dos investimentos que foram feitos no Velho Chico era aumentar as relações comerciais entre os grandes centros produtores/consumidores, tais como: Salvador, Recife e Rio de Janeiro e as regiões do Vale do São Francisco. Segundo Machado (2002):

Para facilitar as transações mercantis, a idéia básica era criar nas regiões relacionadas com o Vale do São Francisco um amplo sistema geral de transporte utilizando as vias de comunicação fluvial, ferroviária e terrestre. As quatro principais ligações idealizadas foram: a) a navegação por vapores começaria no rio das Velhas, em Sabará, e se estenderia até a Barra no São Francisco, na localidade de Guaiacuí-MG. Daí, iniciaria a navegação a vapor do Médio São Francisco, passando por Juazeiro-Ba, Boa Vista-PE, e chegando a Jatobá-PE. De Jatobá a Piranhas-AL seria utilizada a Estrada de Ferro de Paulo Afonso. A partir de Piranhas, no Baixo São Francisco, até o oceano Atlântico, o transporte se realizaria novamente por navios; b) uma linha férrea unindo Juazeiro com Salvador seria construída; c) a Estrada de Ferro Bahia e Minas (Caravelas-BA a Teófilo Otoni-MG), pela qual se pretendia ligar as regiões ribeirinhas dos rios das Velhas e São Francisco, o nordeste e o norte de Minas com o oceano Atlântico; d) a ferrovia Central do Brasil partiria da cidade do Rio de Janeiro e alcançaria um ponto da margem do rio das Velhas e do São Francisco, fazendo a junção com a navegação fluvial.

Esta região passa, no século XIX, por sucessivas crises, quer seja no setor agropecuário, passando por conflitos familiares marcados pela histórica disputa por terras. Segundo Theodomiro de Araújo (1991):

Se esse isolamento, no plano político, foi prejudicial, no plano comportamental, foi responsável pelo surgimento de uma sociedade com costumes, hábitos, credences e mitos muito particulares, gerando um sentimento regionalista muito forte, e que perdura até hoje, além de ter forjado a unidade da região, dando-lhe uniformidade e características próprias. Seu folclore, sua história, sua literatura e sua linguagem são comuns a toda a bacia, porém muito diferente das demais regiões dos estados que o rio atravessa. Até hoje, de São Roque de Minas até Piassabuçu, em Alagoas, o homem do São Francisco se identifica por inteiro com o rio, com quem mantém estreita relação de dependência.

Das violentas experiências de colonização estabelecidas pela Casa da Torre e Casa da Ponte, representadas por Francisco Dias D'Ávila e Antônio Guedes de Brito, passando pelos estudos exploratórios do engenheiro alemão Henrique Halfeld a mando de D. Pedro II, até chegar aos atuais discursos sobre o aproveitamento das águas do Velho Chico para irrigação e geração de energia e, numa perspectiva infinitamente menor, consumo humano e animal, predomina a exclusão dos verdadeiros moradores e moradoras das margens desse Rio, sobretudo os povos indígenas.

É neste contexto de conflitos pelo domínio das terras, de mortes, de escravidão e, felizmente, de vontades de liberdades, que vão se desenhando os vários povoados e cidades franciscanas. Hoje temos 504 municípios ao longo do São Francisco, com uma população superior a 15 milhões de habitantes.

Já no início do século XX, o industrial Delmiro Gouveia inaugurou, em 1913, na margem alagoana do São Francisco, a primeira usina hidroelétrica do Nordeste – Angiquinho, que abastecia uma fábrica de linhas e fios e fornecia energia elétrica ao antigo município alagoano de Pedra, hoje Delmiro Gouveia. Esta usina foi desativada em 1960 pela CHESF, em virtude de uma enchente.



Figura 66: Usinas de Angiquinho I e II, idealizadas por Delmiro Gouveia (MARQUES, 2005).

No início dos anos 20 foram realizados, pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, estudos para o aproveitamento das águas do São Francisco, entre as regiões de Juazeiro - BA e Paulo Afonso - BA, objetivando o “desenvolvimento” do Nordeste brasileiro. Estas pesquisas resultaram num planejamento desenvolvimentista que incluía construção de grandes barragens para a geração de energia elétrica, industrialização, realização de projetos de irrigação e retomada do antigo projeto de transposição já mencionado na época de D. Pedro II.

Em 1932, a Companhia Agrícola e Pastoril do São Francisco S.A. iniciou a construção de uma hidroelétrica na antiga cachoeira de Itaparica, situada nos limites dos estados da Bahia e Pernambuco, próximo de Petrolândia - PE. As obras foram paralisadas, sendo retomadas dez anos depois pelo Núcleo Colonial Agro-Industrial do São Francisco, começando a operar em 1945. Esta usina foi inundada na década de 80 com a construção da hidroelétrica de Itaparica, conhecida como Usina Luiz Gonzaga.

Em 1943, o então Ministro da Agricultura Apolônio Sales lançou uma campanha para a exploração da cachoeira de Paulo Afonso. Depois de visitar a Tennessee Valey Authority - TVA, empresa norte-americana que inspirou a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), apresentou seu projeto ao Presidente Getúlio Vargas que assinou o Decreto-Lei no. 8.031, em 03 de outubro de 1945, autorizando a organização da CHESF pelo Ministério da Agricultura. Em 1945 Vargas é deposto. Foi somente em janeiro de 1947, quando é empossado o Presidente Eurico Gaspar Dutra, que o “Projeto Chesf” é retomado, desenhando a façanha de uma poderosa empresa nacional que, juntamente com outros grupos,

marcariam para sempre a fisionomia dessa parte do Brasil, como podemos observar na tabela abaixo:

**TABELA 06: ALGUMAS BARRAGENS CONSTRUÍDAS NO SÃO FRANCISCO**

BARRAGEM	LOCALIZAÇÃO	ÁREA INUNDADA	INÍCIO DA CONSTRUÇÃO	PESSOAS ATINGIDAS	INDÍGENAS ATINGIDOS	ENTRADA EM OPERAÇÃO	CIDADES ATINGIDAS
Angiquinho I	Delmiro Gouveia (AL)	—	1911	—	—	1913	—
Angiquinho II	Paulo Afonso (BA)	—	1915	—	—	Não foi inaugurada em virtude do assassinato de Delmiro em 1917	—
Itaparica Antiga	Petrolândia (PE)	—	1932	—	Pankararu	1945	—
Usina Piloto	Paulo Afonso (BA)	—	—	—	—	1949	—
Paulo Afonso I	Paulo Afonso (BA)	4.800 km <sup>2</sup> (PA I, II e III)	1948	—	—	1955	—
Paulo Afonso II	Paulo Afonso (BA)	—	1955	—	—	1961	—
Três Marias	Três Marias (MG)	—	—	—	—	1962	—
Paulo Afonso III	Paulo Afonso (BA)	—	1966	—	—	1971	—
Moxotó	Paulo Afonso (BA)	90 km <sup>2</sup>	1971	5.600	—	1977	Petrolândia (PE), Delmiro Gouveia (AL), Paulo Afonso (BA) e Glória (BA)
Sobradinho	Sobradinho (BA)	4.226 km <sup>2</sup>	1973	72.000	Truká, Tumbalalá, Tuxá	1979	Juazeiro, Xique-Xique, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sento Sé (BA)
Paulo Afonso IV	Paulo Afonso (BA)	14,6 km <sup>2</sup>	1975	—	—	1979	—
Itaparica	Itaparica (PE)	834 km <sup>2</sup>	1979	65.000	669 (Tuxá)	1988	Petrolândia, Floresta e Itacuruba e Belém do São Francisco (PE), Glória, Barra do Tarrachil, Rodelas, Chorrochó, Abaré e Curaçá (BA)
Xingo	Xingó	60 km <sup>2</sup>	1987	18 famílias	Etnias do Baixo São Francisco	1994	70 propriedades rurais

**FONTE: CHESF, CEMIG, ELETROBRÁS (1986), Dossiê 500 Anos (2004); Araújo (2000); Pesquisa de Campo 2006.**

As verificações dos potenciais hidro-elétricos do São Francisco, feitos pelo Comitê de Estudos Energéticos do Nordeste - ELETRONORTE/ELETROBRÁS, indicaram a viabilidade de construção da Barragem de Itaparica com a cota NA - Nominal Alta entre 328 e 334m, e Sobradinho com a cota NA 392,50m. Optou-se por iniciar com Sobradinho em função dos custos serem mais baixos e as repercussões políticas e sociais serem menores. Considerou-se que a densidade populacional e a conseqüente transferência de sedes em Itaparica eram “maiores”. A barragem de Itaparica ficou apenas como possibilidade de mais geração de energia (SANTANA, 1995).

Passada a construção das usinas de Angiquinho (1917), Itaparica Antiga (1945), Três Marias/CEMIG (1950), Paulo Afonso I (1955), II (1961), III (1971), Moxotó (1977), essa façanha se concretizaria em 1979 quando entra em operação a barragem de Sobradinho. São incalculáveis os impactos causados por essa obra, erguida numa área que permitiria uma leitura singular da ocupação pré-histórica da

região franciscana, tendo sido feito apenas um precário salvamento arqueológico e um desrespeitoso processo de reassentamento humano. Trata-se de uma região onde, apesar da resistência da população local em se recusar a sair, a decisão da construção e expulsão das comunidades foi imperativa. É importante registrar o papel da Ditadura Militar neste cenário:

Nesse sentido, vale lembrar que as ditaduras militares pós-64 trataram a questão agrária sob a ótica das políticas públicas, procurando, por um lado, expandir a presença do Estado no campo através de expressivas políticas de modernização que objetivavam estabelecer uma plena mercantilização do trabalho rural e uma intensa capitalização agrícola de fazendas tradicionais e pequenas unidades de produção familiares, e, por outro, desmobilizar pela força repressiva os movimentos camponeses e de trabalhadores rurais (REGO, 1993).

O discurso do progresso almejado para o Brasil, em particular para o Nordeste, tem estruturado conseqüências graves do ponto de vista socioambiental, na perspectiva biótica, abiótica ou social, tomando como referência a complexidade dos processos de deslocamentos e reassentamentos populacionais, objeto de análise desta pesquisa.

Barragens não param de ser planejadas. Depois disso, foram construídas Paulo Afonso IV (1979), Itaparica (1988), responsável pela desorganização do espaço geohumano de boa parte do Submédio São Francisco e, mais recentemente, Xingó (1994). Vários outros projetos se encontram “na agulha”: A um custo estimado de R\$ 1,13 bilhão, no PAC/2007, estão previstos cinco barramentos (três na bacia do Paracatu, um no Rio Urucuia e outro no Rio das Velhas) na região do Alto, Pedra Branca, Riacho Seco e Areias na região do Submédio, Pão de Açúcar, no Baixo, entre tantas outras.



Figura 67: Pessoas e o Povoado de Pedra Branca, todos ameaçados com a proposta de construção de novas barragens em Curaçá/BA (MARQUES, 2007).



Figura 68: Áreas da Cosntrução da Barragem de Areias (Icó Mandantes) e de Pão de Açúcar (TOMAZ, 2008).

Caso sejam construídas, as barragens de Pedra Branca e Riacho Seco, além de afetar drasticamente alguns municípios do Sub-médio São Francisco, a exemplo de Orocó/PE, que terá parte da cidade inundada, estas Usinas Hidroelétricas afetarão diretamente, dois povos indígenas da Bacia: os Truká, em Cabrobó, Pernambuco, e os Tumbalalá, em Abaré e Curaçá, Bahia.

Essas barragens? Fazer eles não vão fazer não. Só se for matando todo o povo Tumbalalá (CACIQUE MIGUEL TUMBALALÁ, 2008).

Não basta o que a barragem de Sobradinho fez com o nosso povo e com a natureza? Essas barragens vão inundar nossas ilhas; agora, será com o povo Truká dentro delas (CACIQUE NEGUINHO TRUKÁ, 2008).

O custo previsto para a construção da UHE é de 910 milhões de reais e afetará cerca de 5.449 pessoas. Para a UHE de Riacho Seco, estão previstos gastos de 810 milhões de reais e estima-se que ela atingirá cerca de 5.818 ribeirinhos/as franciscanos/as.

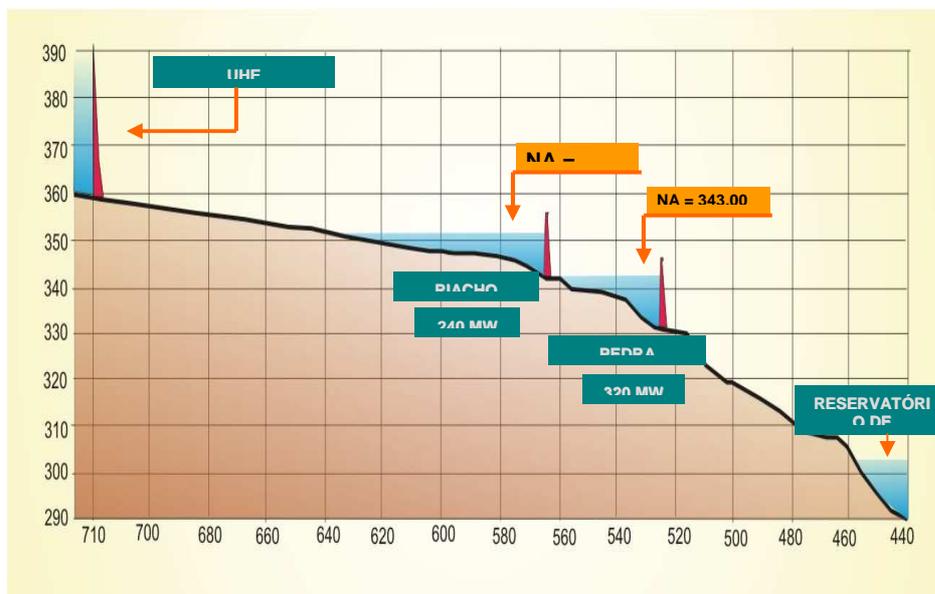


Figura 69: Novas Barragens da CHESF - Apresentação Slides (CHESF, 2007).

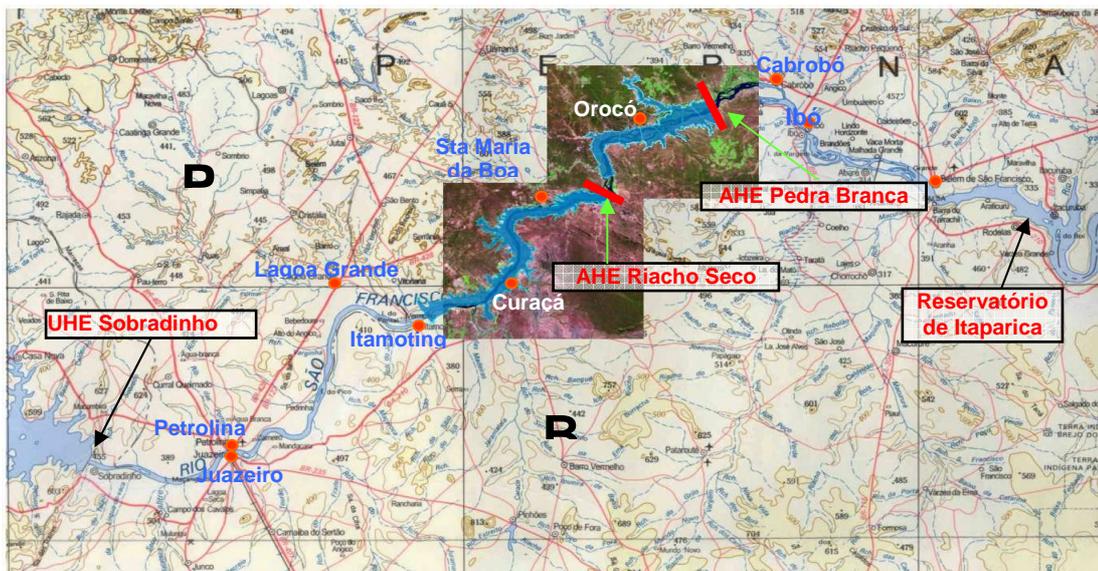


Figura 70: Novas Barragens da CHESF - Apresentação Slides (CHESF, 2007).

A CHESF desenhou o atendimento às populações afetadas no seu Plano de Desocupação (1985), antecedente ao Plano 2010, no qual foi descrito um modelo de reassentamento que privilegia, no tocante às famílias rurais, a transferência para perímetros de irrigação, distribuídos em manchas férteis<sup>22</sup>, identificados nas margens dos lagos, bem como em localidades mais distantes, selecionados em função da oferta de terras tecnicamente adequadas ao tipo de projeto que viria a ser implementado (ARAÚJO, 2000).

Porém, passados quase dez anos de descaso com os reassentados de Itaparica, só em 1986 este plano entraria em ação, graças às mobilizações dos atingidos, que resultou num acordo firmado entre CHESF e o Pólo Sindical do Sub-médio São Francisco, em dezembro do referido ano.

No caso específico da região da Barragem de Itaparica, onde o projeto de reassentamento recebeu investimentos na ordem de mais de um bilhão de dólares norte-americanos, com a participação do Banco Mundial, a alocação das populações foi estabelecida em, pelo menos, seis grupos diferentes, como está descrito abaixo:

Projetos Especiais: contemplando uma média de 37% da população afetada, divide-se em quatro grandes perímetros de irrigação - Brígida em Orocó - BA, Caraíbas em Santa Maria da Boa Vista - PE, Pedra Branca em Curuçá - BA e Jusante que fica em Glória - BA;

<sup>22</sup> Segundo relatório técnico (FJN, 1996) em nenhum dos perímetros instalados pela CHESF havia solos férteis, sendo que 70% dos solos existentes são constituídos por areia quartzosa, com menos de 0,6% de matéria orgânica (ARAÚJO, 2000).

Projeto Borda do Lago: atendeu cerca de 23% dos atingidos, caracterizando-se pela divisão de lotes próximos ao lago, sendo 1.798 lotes em Petrolândia, Pernambuco e 530 lotes em Glória e Rodelas, na Bahia;

Projetos em Grupo: inclui os projetos e propostas apresentadas pelos ribeirinhos que não se enquadravam nos modelos de reassentamentos estabelecidos pela CHESF;

Piscigranjas: proposto em virtude da má qualidade dos solos, como alternativa de produção agropecuária. Porém, é considerada uma das ações mais fracassadas;

Nas Novas Cidades: trata-se da alocação de algumas famílias residentes em áreas rurais da cidade alagada, na nova área urbana construída pela CHESF;

Solução Própria: refere-se às indenizações pagas em dinheiro aos atingidos pela barragem, de forma individual ou coletiva, para que os mesmos criem alternativas de reassentamentos (ARAÚJO, 2000).

A lógica de todo o planejamento pautava-se na idéia de que a aceitação e êxito dos reassentamentos justificavam-se pelos “esforços” de superação da pobreza e geração de novas condições de desenvolvimento. Entretanto, como escreve Fávero e Santos (2002):

Por trás da palavra desenvolvimento, em geral, esconde-se um projeto predatório, de extração das riquezas da região, deixando em segundo plano, ou mesmo esquecendo, a questão do desenvolvimento social. A região [Sobradinho] é vista por cima, de Brasília ou de Salvador, mas não a partir de dentro. Finalmente, no nível local, as elites tradicionais, latifundiárias e comerciantes, controladoras dos organismos e das políticas públicas, nunca arredam o pé do poder, revezando-se entre elas.

Este formato de reassentamento que ainda não adquiriu forma, pelo contrário, tem estado cada vez mais deformado, só foi possível em virtude das lutas do Pólo Sindical do Sub-médio São Francisco, importante instituição na história dos Atingidos por Barragens no Brasil que, gradativamente, tem perdido esse lugar referencial. Não fosse esse esforço, a história de descaso com os atingidos pela Barragem de Sobradinho se repetiria, e com os mesmos ranços da Ditadura de 64. Assim, a incompletude das ações planejadas, os desacertos no gerenciamento de políticas socioambientais que deveriam se aproximar de modelos economicamente viáveis, ecologicamente corretos, socialmente justos e referenciados, bem como a dificuldade das populações em se situar nessas “novas” realidades construídas a partir dos barramentos, têm se constituído em sérios problemas que merecem uma preocupação maior dos poderes públicos, dos movimentos sociais e da sociedade civil como um todo. Abaixo a visualização das regiões do Vale do São Francisco onde foram feitas as construções das barragens, áreas de estudo desta pesquisa.



Figura 71: Barragem Três Marias (CEMIG).



Figura 72: Usina Piloto (CHESF).



Figura 73: Barragem Sobradinho (CHESF).



Figura 74: Paulo Afonso I, II e III (CHESF).



Figura 75: Barragem L. Gonzaga (CHESF).



Figura 76: Usina Apolônio Sales (CHESF).



Figura 77: Paulo Afonso IV (CHESF).



Figura 78: Usina de Xingo (CHESF).

#### 4.5. SÃO FRANCISCO CORTADO

Por esse Pé de Abacate eu queria o dinheiro da CHESF todinho (Reassentado de Belém do São Francisco-PE)



Figura 79: Vista aérea das Cachoeiras do São Francisco antes da instalação das barragens (ACERVO CHESF)

O interesse pelos locais habitáveis das regiões franciscanas se deu em virtude de características bem particulares: trata-se do único curso natural de água perene a cortar parte das regiões semi-áridas do Nordeste do Brasil (70% de suas sub-bacias e afluentes), caracterizando-se como via principal de atração dos diferentes grupos humanos que se fixaram ou passaram por suas margens.

Às margens do Velho Chico formaram-se pequenas cidades, com a lógica clássica dos anseios de privilégios dos brancos colonizadores e exclusão dos grupos étnicos inferiorizados, sobretudo as comunidades indígenas e de negros escravos, que se associaram num processo de marginalização histórica aos mestiços<sup>23</sup>, aos tipicamente sertanejos. A atual condição de pobreza dos povos e comunidades tradicionais do São Francisco é, de fato, produto da história social deste encontro étnico, do qual foram desenhadas as cidades e identidades ribeirinhas.

<sup>23</sup> A mestiçagem das populações ribeirinhas é um tema que merece uma atenção especial. A questão não é mergulhar num discurso de pureza étnica, nem tão pouco negar o hibridismo das raças/etnias. Trata-se, portanto, de refletir sobre uma nova compreensão do que seja a identidade étnica num país tipicamente "mestiço" como o Brasil. Neste sentido, é extremamente bem vinda a expressão cunhada pelo poeta e cantor baiano Caetano Veloso (Disco *Cê*, 2007): "sou uma legião de ex-mulatos".

Com a criação da CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco – em 03 de outubro de 1945, o desnível natural do rio São Francisco, passou a ser mais aproveitado para o processo de produção de energia elétrica. Este acontecimento modificou, sobremaneira, a dinâmica social, ambiental, econômica, política, subjetiva e cultural das populações humanas em toda a Bacia.

O modelo de desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico advindo destes empreendimentos provocou rupturas nos espaços urbanos e rurais do São Francisco. Grandes barragens têm sido construídas para o processo de geração de energia, provocando o desaparecimento de muitas cidades das margens do Velho Chico. Os discursos oficiais relatam a importância da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, da CEMIG, entre outros, no desenvolvimento científico, econômico, social, tecnológico e cultural da região, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida do povo ribeirinho, sem problematizar a conseqüência desses empreendimentos para a vida das pessoas e dos ecossistemas desse Rio.

A CHESF, com um sistema de geração de energia composto por 14 usinas hidroelétricas, as mais importantes situadas no Rio São Francisco: Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales ou Moxotó, Sobradinho, Luiz Gonzaga ou Itaparica, Xingó, entre outras, acumulou um passivo ambiental ainda pouco discutido, o que foi condição do IBAMA para a liberação das licenças ambientais concedidas à empresa em 2005 (números 509 e 510).

Desde o início dos anos 70, onde se intensificou a política de aproveitamento das águas do São Francisco para a geração de energia, áreas urbanas e de ocupação agrícola e pecuária da região de Sobradinho, foram inundadas. Neste período o represamento das águas do Rio atingiu sete municípios, sendo os mais afetados: Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, que tiveram as suas sedes transferidas, além de Juazeiro, Xique-Xique e Barra, áreas “menos” afetadas.



Figura 80: Barragem de Sobradinho (GOOGLE EARTH, 2008).

Nesta época, onde se deu a maior migração forçada de população no Brasil, foram desalojadas cerca de 12 mil famílias, num total aproximado de 72 mil pessoas. Desse universo, 8.619 famílias habitavam a zona rural. Trata-se de diversos territórios inundados, numa área superior a mais de quatro mil quilômetros quadrados.

Um outro grande momento deste projeto de “desenvolvimento” sócio-econômico e tecnológico do Nordeste ocorreu em 1974, onde foram dados os primeiros passos para a criação de uma barragem no local da antiga cachoeira de Itaparica. Em 1988, um reservatório de 150km de comprimento alagou 834km<sup>2</sup> de terras de boa qualidade. Delas foram deslocadas 10.500 famílias – cerca de sessenta e cinco mil pessoas das zonas urbanas e rurais dos municípios de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, no estado de Pernambuco, e os de Glória, Rodelas e Chorrochó, na Bahia. Quatro cidades desapareceram, replantadas em outros locais com os pré-nomes de Nova (Rodelas e Glória, na Bahia, e Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco). Esse processo não inundou apenas as cidades e sua história, alagaram almas, gentes, identidades.



Figura 81: Barragem de Itaparica (GOOGLE EARTH, 2008).

Os impactos humanos desses processos são incalculáveis, impagáveis e inapagáveis! A idéia de desenvolvimento socioambiental sustentável nestes espaços é altamente questionável. A violência das “perdas” dos espaços identitários das populações afetadas com o processo de barramento na região do São Francisco coloca em xeque os discursos em torno do desenvolvimento científico, econômico, social e tecnológico tão cantado em nome desses projetos.

Entretanto, toda essa traumática e violenta experiência não serviu para os governos ponderarem novas estratégias desenvolvimentistas na Bacia. Ao contrário, sem nos darmos conta da dimensão dos impactos dessas intervenções, está na pauta para execução, entre tantas outras medidas, dezenas de novas barragens, o projeto de transposição e até a construção de usinas nucleares na Bacia do São Francisco. Como afirma Aurélio Viana (2007), da Fundação FORD:

No mínimo, dá para se ter uma reflexão muito séria e mais aprofundada sobre os limites do que foi proposto como compensação à população, grandes limitações. Então acho que ali é possível se pensar, sobre tudo isso e verificar: “olha, talvez isso não tenha dado certo nem com as correções que os movimentos tenham imposto a quem estava planejando”. O “modelão” existe e há o consenso de que é um modelo equivocado, que é um modelo errado, e que não leva à justiça social ou ao desenvolvimento real.

Apesar de existir bons estudos sobre as barragens construídas no Rio São Francisco (SIGAUD, 1986; ARAÚJO, 2000; SIQUEIRA, 1992; MARTINS-COSTA, 1989; DAOU, 1988), podemos traduzí-los, no geral, como inquietações de ambientalistas, religiosos, educadores, sociólogos, antropólogos, economistas, arqueólogos, entre outros, que, dentro das competências que lhes são facultadas, estão possibilitando, em bancos de teses e dissertações de programas de pós-graduação em todo o Brasil e fora do País, a existência da memória dessa experiência, mas, certamente, esses estudos ainda não foram considerados nos processos decisórios das políticas públicas voltadas para as intervenções na Bacia do São Francisco e nem nos debates jurídicos formais.

Para ilustrar essa afirmação, alguns estudos (MARQUES, 2006) apontam para a ilegal forma de ocupação e uso das Áreas de Proteção Permanente - APP, conforme determinações da Resolução CONAMA nº. 302, de 20 de março de

2002, que estabelecem diretrizes e normas para a conservação de áreas dispostas ao entorno de reservatórios artificiais e, concretamente, a efetividade do disciplinamento dessas áreas ainda não se efetivou na Bacia do São Francisco.

Estas pesquisas não podem ser apenas “tradutoras dessa contínua barbárie”. Segundo Ross (1999), os principais impactos gerados pela construção de hidroelétricas são: aqueles ocasionados no período que antecede a sua construção (tabela 6), aqueles ocasionados com o término da construção de hidroelétricas (tabela 7) e aqueles que ocorrem com o enchimento e operação do reservatório (tabela 8), conforme especificações abaixo.

**TABELA 07: IMPACTOS ANTERIORES À CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS**

MEIO FÍSICO	MEIO SÓCIO-ECONÔMICO
Desmatamento para instalação de canteiros de obras, alojamento e vilas residenciais	Forte demanda de mão-de-obra para a construção civil
Desmatamento para a construção de estradas	Grande fluxo de população masculina estranha à região
Terraplanagem para a instalação das obras de apoio - cortes, aterros, alterações das cabeceiras ou bacias de captação	Tendência à criação de focos de prostituição
Serviços de construção dos diques e barragens no leito principal e nos pontos de fuga de água	Crescimento demográfico extenso, com surgimento de favelas e áreas urbanas bastante empobrecidas
Ampliação da atividade de caça e pesca nos arredores do empreendimento, levando até ao desaparecimento local de espécies de animais	Aparecimento de comércio clandestino
Destruição de cemitérios e outras áreas dos territórios tradicionais de ocupações humanas das margens dos rios - povos indígenas e comunidades negras	Mudanças dos hábitos e costumes sócio-culturais dos nativos
Intervenção na dinâmica de ocupação e negociação das terras	Alterações nos custos dos serviços (preço de mão-de-obra) e preços das mercadorias
Alterações nos lençóis de água subterrâneas	Deficiências infra-estruturais (escolas, hospitais, água filtrada, esgotos)

FONTE: ROSS (1999) adaptado.

**TABELA 08: IMPACTOS APÓS A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS**

NO.	IMPACTOS
01	Intensa liberação de mão-de-obra
02	Desaceleração brusca da economia local
03	Mão-obra-local ociosa
04	Desequilíbrio social pela queda do nível de renda
05	Esvaziamento demográfico com forte migração urbana

FONTE: ROSS (1999).

**TABELA 09: IMPACTOS APÓS O ENCHIMENTO E OPERAÇÃO DO RESERVATÓRIO**

MEIO FÍSICO	MEIO SÓCIO-ECONÔMICO
Necessidade de desmatamento da área a ser inundada	Desaloja populações ribeirinhas, rurais e urbanas
Ocupação pela água de extensas áreas de terras	Interfere em bens de valor afetivo, cultural e religioso
Eliminação de grandes volumes de biomassa vegetal	Inundações das terras agrícolas torna as pequenas propriedades inviáveis economicamente
Altera o regime fluvial do rio	Desestrutura as famílias de origem rural, que às vezes são transferidas para áreas muito distantes
O ambiente aquático passa de água corrente para lacustre	Altera os modos de reprodução física, cultural e simbólica das populações tradicionais
Erosão e deslizamento nas margens	Provoca a ocorrência de diversos problemas emocionais nas populações afetadas
Assoreamento nos remansos	Aumenta o uso de álcool nas comunidades sedentarizadas pela transferência
Ressecamento ou rebaixamento do nível das águas	Desorganiza as relações de parentescos e vizinhanças

FONTE: ROSS (1999) adaptado.

Na fase de início da construção das barragens, as populações ribeirinhas ficaram atônitas: “É como o gado quando se abre as porteiras e eles saem sem rumo...” (MARIA BEATRIZ, 2005). Sem dimensionar ao certo as conseqüências desses processos e, envolvidas nas atividades de trabalho, participam, são enganadas, submetem-se e, em alguns poucos casos, reúnem-se para reivindicar seus direitos. Por exemplo, com a construção e funcionamento da barragem de Sobradinho em 1979, época da Ditadura Militar, só a revolta, a percepção “tardia” permitida, fez surgir formas de organização e reivindicação por medidas mitigatórias, embora seja perceptível na história forças de resistência ativa. É importante lembrar que só recentemente o MMA/IBAMA tem negociado com a CHESF as licenças ambientais das construções das barragens e suas decorrentes ações compensatórias.

Esta etapa foi responsável por outra importante dinâmica de reorganização dos atingidos. Certos de que não havia mais o que fazer, as populações tentaram se projetar nos novos espaços, buscando outros horizontes. Estruturam-se, então, novos sentidos identitários que re-significam o lugar de suas “perdas” reais e simbólicas.

No dia 01 de dezembro de 1986, cerca de 1.000 trabalhadores e trabalhadoras rurais de Petrolândia “aguniados/as” com o descaso da CHESF em relação à discussão dos reassentamentos, haja vista estar faltando apenas 11 meses para que fossem concluídas as obras e começasse o alagamento das terras, ocuparam a área da construção da barragem e solicitaram da gerência da CHESF, espaço para negociar uma nova proposta para as mais de dez mil famílias que seriam

atingidas. Uma senhora de 56 anos, que também seria afetada, em depoimento à imprensa que fazia cobertura naquela ocasião, disse:

Deus alive de nós não achar um canto pra nós ficar. Se prometeu que ia fazer a barragem pra indenizar o pessoal, agora tem que indenizar. Minhas fias não queria que eu vince, mas eu num ia deixar meu marido sozinho. Eu vim!.

Outro discurso que materializa o lugar da incerteza, da fragilidade e da mudança, está presente num dos poemas da índia Tuxá, Josefa Cruz:

Da margem da minha aldeia  
 Da minha Ilha querida  
 Eu não sei o que será  
 Quando dé o Adeus da Despedida  
 Adeus minha casinha  
 Meu pé de Quixabeira  
 Adeus minhas fruteiras  
 E meu pezinho de laranjeira  
 Eu vou parar de cantá  
 Porque minha voz já quer privá  
 Pensando na minha Aldeia  
 Que as águas vai inundá

Com o término da construção das barragens, o foco da mobilização social deixa de ser a resistência contra a expulsão das terras a serem alagadas, para se converter em negociações que assegurassem o mínimo de dignidade e condições de sobrevivência nos projetos de reassentamentos. Foi o que ocorreu na ocasião da ocupação da barragem de Itaparica pelos ribeirinhos que, no terceiro dia, em virtude do descaso, resolveram paralisar todas as atividades da barragem de Itaparica.

Em 04 de dezembro de 1986, após mais de 15 horas de negociações entre o Pólo Sindical do Sub-médio São Francisco e a CHESF, desenharam a nova cara do Projeto de Reassentamento que, entre outras coisas, definia: assistência técnica e extensão rural para as famílias re-locadas; acompanhamento das indenizações pelo Pólo Sindical; finalização do reassentamento para só então começar o enchimento do lago.

Entretanto, ainda hoje, há regiões em que o projeto não foi completado. Segundo Jorge Melo do Projeto Jusante, Glória (BA):

É muito constrangedor a gente tá num projeto desse. A gente ainda lida com problemas como falta de água, de terras. Temos aqui, talvez, mais

de 70% das terras para o reassentamento, para irrigação do projeto ainda a serem adquiridas por parte do governo através da CHESF.

A marca mais forte dessa etapa é a concretização da quebra dos vínculos das pessoas com suas casas e histórias de vidas. É possível observar, a partir das imagens disponíveis sobre esses momentos, algumas delas feitas pelos próprios moradores, reações das mais diversas.



**Figura 82: Antigo morador de Petrolândia Velha que se recusou sair da sua casa que seria inundada. Foi retirado à força pelo Serviço Social da CHESF. Morreu de “banzo”, desgosto, trinta dias após sua relocação (TAVARES, 1988).**

Os depoimentos abaixo, extraídos da pesquisa realizada entre os anos de 2003 a 2006 (MARQUES, 2006), e de vários vídeos que falam da experiência dos barramentos no São Francisco (*Terra por Terra* – Fonte Viva; *Águas Transformadas* – NUSP, *Terra Molhada* – Mapa Filmes; *Reassentados* – TV Fonte Viva; *Índios do Sertão* – TVE; *Adeus Rodelas* – Agnaldo Azevedo, entre outros) mostram como a população ribeirinha representou esta experiência:

Essas construções de barragens destrói tudo. Ela não destrói o poder econômico das pessoas. Ela destrói a cultura, destrói a vida das pessoas. Por isso é que sou contra.

Tem tantas outras formas de produzir energia, porque só construir hidroelétrica? Porque expulsar o povo da terra que ele nasceu, donde ele vive? Esse progresso não é progresso. Ele é progresso destruidor da humanidade, do meio ambiente, de tudo. (FULGÊNCIO SILVA - Poeta Ribeirinho).

A gente sem os costume de tá nas caatingas, morando na beira do rio, aqui isolado como ainda hoje ainda é. (PEDRO MARINHO - Pedra Branca)

Depois vem a “GESP” nos iludindo com promessas, a gente se sigurando, agora se acha eles dizendo que não tem compromissos. A situação que a gente vive aqui com um pai de família com dez, doze pessoas, num dá. Tem que viver mesmo numa mal.

Eu mesmo, com meus filhos plantei 19 tarefas de terras de sequeiro, perdi tudinho, não tirei nem um caroço de milho pra comer (Reassentado).

Se tirar o salário (VMT<sup>24</sup>) nós vamos morrer. Não tem condições de sobreviver não. Quando cortar é o mesmo que bater e já morreu (Reassentado).

Tem áreas que é boa. Tem áreas que num vale nada. Você só tira se bota estrume com fé (Reassentado).

A gente vive mais de ilusão. Cada dia pensa que tá melhor, num tá. Ai parte pro outro dia e assim a gente vai vivendo (Reassentado).

Eu tinha a moiação, ou seja, tinha o motô. Nessas irrigações que eu tinha eu criava gado. A gente tinha o leite à vontade; tinha o bode. A gente vivia da agricultura mas também da pecuária.

Eu tinha barco pra navegar no rio, como carro viaja na estrada. A gente tinha riqueza e não sabia. Hoje eu moro no município de Boa Vista, na Agrovila 30 do Projeto Caraíba. De onde nós viemo pra cá a terra é boa. Nossa idéia é que no futuro a gente seja um proprietário rico e farto como a gente era na beira do Rio (DEUSDETE PEREIRA - Projeto Caraíba).

Nós pensava que era o fim do mundo, sentimos muita tristeza ao saber que tudo que ali tinha construído estava sendo perdido. Ninguém entendeu nada porque a CHESF não explicava nada pra ninguém” (Morador de Barra do Tarrachil/BA).

Pois a história aqui é assim: eu poderia receber todo o dinheiro do mundo, mas não queria me afastar da terra onde eu nasci e me criei. E mais, ver tudo isso se acabando debaixo d’água é muito triste” (Morador de Rodelas/BA).

As pessoas na Velha Cidade eram mais integradas, receptivas. Petrolândia era uma cidade pacata. Atualmente a geração é outra, há mais violência, não existem amizades como as de antes. A maioria dos nossos vizinhos não está mais perto. As festas entre famílias nas ruas não são mais comuns” (Moradora de Petrolândia/PE).

Todas as obras contratadas que foram trabalhadas por empreiteiras contratadas pela CHESF tem deixado a desejar (PAULO GOMES - Projeto Glória).

Fazer o projeto de reassentamento dar certo é tão difícil quanto foi conquistá-lo (VICENTE COELHO, Sindicalista).

Ainda tô ariado; num sei onde é o poente, onde é o nascente. Desses dias que cheguei eu vim existir ontem (Reassentado, in ARAÚJO, 2000).

---

<sup>24</sup> Verba de Manutenção Temporária - acordada para ser 2,5 salários mínimos, mas se paga às famílias uma média de dois salários.

E qual foi o grave problema? Justamente a barragem de Paulo Afonso foi a primeira barragem experimental, no Velho Chico, para a queda das águas gerar energia para o nosso Brasil e para o exterior ser beneficiado. Quantas coisas, que são industrializadas aqui no Brasil, vão ser consumidas no exterior?

Por isso eu acho que o exterior, nesta questão da geração de energia com a queda das águas, também estão lucrando. Quem melhorou de vida foi os grande lucrador dessa energia gerada, porque não é só Paulo Afonso que tá gerando energia. Cada uma barragem dessas tão feitas aí não é pra outra coisa, não é pra salvar ninguém não.

Não é pra salvar a pobreza. A barragem de Sobradinho hoje é uma das grande doenças do Velho Chico. Tá todo mundo derrotado. Quem tá lá em cima tá sendo derrotado. Por quem? Pela represa, quando ela enche. Quem tá embaixo, tá sendo derrotado. Quando? Quando eles baixam a represa, sobe aqui.

Por isso uma das grandes doenças que o Velho Chico sofre é o controle das águas feito pelas barragens. Tá sendo controlada? Pra eles poderosos.

Mas tá sendo descontrolado e sofrimento pra toda pobreza dos barrancos do Velho Chico. Aquele Velho Chico que até hoje quem nasceu perto dele e quem vive perto dele, rico pode nunca sê, mas nem de fome e nem de sede haverá de morrer (SEO ELIAS de Juazeiro, in CAPPIO, 1995).

Além do forte sentimento de expropriação, alguns atingidos expressam certa expectativa de uma vida melhor, sobretudo os que não possuíam terra, alimentados pela possibilidade de acesso a ela e aos meios de produção, considerando que, segundo o Plano de Desocupação (CHESF, 1985) 60% das famílias reassentadas eram privadas de posse:

Minha família está contente por realizar o sonho da casa própria, além de todas as outras vantagens que as agrovilas oferecem: escola perto, água encanada, luz elétrica. Vou me entregar nas mãos da CHESF, pois o governo não vai desamparar mais ainda os pobres (Reassentado de Rodelas/BA, in SÁ, 2000).

Nos quadros abaixo, podemos visualizar o quantitativo de famílias afetadas com as barragens do Sub-médio São Francisco, região que abrange as áreas dos estados da BA e PE, estendendo-se de Remanso até a cidade de Paulo Afonso, BA.

**TABELA 10: FAMÍLIAS ATINGIDAS COM A BARRAGEM DE SOBRADINHO**

ORIGEM	FAMÍLIAS ATINGIDAS	PERCENTUAL
ÁREA RURAL		
Juazeiro	223	2,8
Sento Sé	3.597	45,2
Xique-Xique	86	1
Casa Nova	2.847	35,9
Remano	1.200	15,1
TOTAL	7.953	
ÁREA URBANA		
Sento sé	291	8,9
Casa Nova	632	19,5
Remanso	1.983	61,3
Pilão Arcado	326	10,3
TOTAL	3.234	

FONTE: Dossiê 500 Anos: Rio São Francisco (2004).

Da região sanfranciscana, Sobradinho foi a primeira experiência de grande impacto de barragens sobre as populações ribeirinhas. Desenvolvida no tempo da Ditadura Militar, este mega projeto de hidro-energia alterou imensamente o meio físico, biótico e antrópico.

**TABELA 51: FAMÍLIAS ATINGIDAS COM A BARRAGEM DE MOXOTÓ**

ORIGEM	FAMÍLIAS ATINGIDAS	PERCENTUAL
Glória (BA)	563	56
Petrolândia (PE)	231	23
Delmiro Gouveia (AL)	178	17,6
Paulo Afonso (BA)	35	3,4
TOTAL	1.007	

FONTE: Dossiê 500 Anos: Rio São Francisco (2004).

Como podemos observar na tabela acima, a cidade de Glória foi a mais afetada com a construção da hidroelétrica de Moxotó, cuja finalidade maior era a regularização pluri-semanal do fluxo do rio São Francisco em Paulo Afonso - BA.

**TABELA 12 FAMÍLIAS ATINGIDAS COM A BARRAGEM DE ITAPARICA - ZONA RURAL**

ESTADO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ATINGIDAS	PERCENTUAL
PE		4.491	67,8
	Belém do São Francisco	959	14,5
	Floresta	757	11,4
	Itacuruba	1.015	15,3
	Petrolândia	1.760	26,6
BA		2.132	32,2
	Abaré/Curaçá	170	2,6
	Chorrochó	309	4,7
	Glória	530	8
	Rodelas	1.123	16,9
TOTAL		6.623	

FONTE: Dossiê 500 Anos: Rio São Francisco (2004).